

# EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano VII • Nº 190 • De 14 a 28 de junho de 1984 • Cr\$ 400,00

## DIRETAS JÁ



# TRABALHADORES NÃO ACEITAM A RENDIÇÃO

*Não a um candidato burguês, ao Colégio Eleitoral e à conciliação  
(págs. 2, 3, 4, 5, 6 e 7)*

*Sim à unidade do movimento operário-popular para retomar as mobilizações (pág. 3)*

*Sim à preparação da greve geral pelas diretas já (págs. 8 e 9).*

# NÃO:

Apoiar Tancredo e mobilizar as massas? As grandes massas se mobilizam quando seu entusiasmo é despertado; nunca para objetivo tão mesquinhos.

**A** retomada e o aprofundamento da mobilização popular pelas diretas já e a aceitação da participação no Colégio Eleitoral são políticas que hoje não se casam e se excluem. A defesa firme do boicote ao Colégio Eleitoral é hoje a **condição política mínima** que se impõe para qualquer esforço eficaz para que o povo volte às ruas com mais força para conquistar eleições diretas para a sucessão do Figueiredo.

De acordo com as leis da ditadura, no próximo dia 15 de agosto, portanto dentro de dois meses, termina o prazo para que os candidatos à presidência da República se desincompatibilizem de cargos executivos que eventualmente ocupem. No próximo dia 5 de setembro, terminam os prazos oficiais para que os partidos indiquem os seus candidatos à presidência da República.

Aceitar a possibilidade de participação no Colégio Eleitoral implica automaticamente em se curvar diante do calendário oficial, de acordo com as leis estabelecidas. É daí que para alguns a definição de candidaturas agora torna-se mais relevante do que a retomada da campanha pelas diretas. Vem daí o não interesse em reacender a luta de massas pelas diretas o que poderia reanimar a proposta de boicotar o Colégio Eleitoral.

Assim, não é coincidência o fato de que o Comitê Nacional pró-Diretas que recuou da proposta de um dia nacional de mobilizações e de qualquer idéia mais consistente de retomada das mobilizações não tenha conseguido votar por consenso uma moção pelo boicote ao Colégio Eleitoral. A indecisão em relação à proposta de boicote ao Colégio Eleitoral divide as oposições e para-

alisa as iniciativas de retomada da campanha.

### Iniciativa importante

É por isso que ganha uma importância enorme a iniciativa de alguns deputados federais do PMDB qualificando a participação em qualquer processo de eleição indireta como traição ao povo e assumindo o compromisso público de não participar do Colégio Eleitoral. Essa posição recebeu o apoio dos deputados do PT e é alvo de um fogo cerrado de críticas no interior do PMDB (ver ao lado).

Estão juntas nestas críticas os setores moderados e conciliadores do PMDB, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil. De um lado, eles acenam com a proposta de um "candidatura única das oposições", na verdade, a adesão ao apoio de um candidato burguês moderado que tenha condições de concorrer no Colégio Eleitoral em uma ampla frente contra Maluf. De outro, acusam os promotores da iniciativa do boicote ao Colégio Eleitoral de facilitar o caminho para Maluf, que teria assegurado o caminho para a presidência da República.

Este argumento, como tudo que é falso, tem pernas curtas. É evidente que que a única possibilidade de Maluf vir a ser presidente está na derrota do movimento de massas. Quem fortalece Maluf e todos os candidatos aos quais interessa continuar a absurda situação de miséria e opressão existente no país é quem joga na desmobilização do movimento de massas em nome de uma disputa incerta em um Colégio que já foi repudiado pela esmagadora maioria do país. Quem admite participar do Colégio Eleitoral é quem dá legitimidade a Maluf e a outros menos votados.

## O compromisso com o boicote

"Os congressistas abaixo-assinados:

Considerando que as eleições diretas já constituem uma aspiração inarredável do povo brasileiro, como instrumento competente para promover as mudanças reclamadas pela Nação;

Considerando que toda e qualquer fórmula indireta de escolha representa a exclusão do povo e conseqüente traição aos compromissos assumidos em praça pública;

Considerando ainda que a indicação biônica do próximo presidente significa a continuidade do autoritarismo com suas conseqüências anti-nacionais e anti-populares que há vinte anos infelicitam o povo brasileiro;

### resolvem

Repudiar toda e qualquer forma de eleição sem povo e assumem, perante a Nação, o compromisso de não participar do Colégio Eleitoral, preservando, assim, a dignidade da representação popular de que estão investidos.

### Assinam

**Senadores** Alfredo Campos (PMDB Minas), Eneas Farias (PMDB), Fábio Lucena (PMDB Pernambuco), Mário Meira (PMDB), Henrique Santilho (PMDB Goiás), Itamar Franco (PMDB Minas), Jai-son Barreto (PMDB).  
**Deputados** Ademir Andrade (PMDB Pará), Agenor Maria (PMDB Rio Grande do Norte), Amadeu Gears (PMDB Paraná), Cristina Tavares (PMDB Pernambuco), Darcy Passos (PMDB São Paulo), Dirceu Carneiro (PMDB Santa Catarina), Djalma Fal-

cão (PMDB Acre), Doreto Campanari (PMDB São Paulo), Elquisson Soares (PMDB Bahia), Flávio Bierrenbach (PMDB São Paulo), Ibsen Pinheiro (PMDB Rio Grande do Sul), Iram Saraiva (PMDB Goiás), Jarbas Vasconcelos (PMDB Pernambuco), João Mastos (PMDB São Paulo), João Cunha (PMDB São Paulo), João Divino (PMDB Goiás), José Genoíno (PT São Paulo), José Tavares (PMDB Paraná), Lélvio de Souza (PMDB Rio Grande do Sul), Luis Henrique (PMDB Santa Catarina), Manoel Costa Jr. (PMDB Minas), Marcio de Lacerda (PMDB Mato Grosso), Jorge Viana (PMDB Bahia), Marcondes Pereira (PMDB São Paulo), Mario Frota (PMDB Amazonas), Nadyr Rosseti (PDT Rio Grande do Sul), Nelson Aguiar (PMDB Espírito Santo), Nider Barbosa (PMDB Espírito Santo), Osvaldo Nascimento (PDT Rio Grande do Sul), Osvaldo Trevisan (PMDB Paraná), Paulo Marques (PMDB Paraná), Pimenta da Veiga (PMDB Minas), Plínio Martins (PMDB Mato Grosso do Sul), Raimundo Asfora (PMDB Paraíba), Renato Bernardi (PMDB Paraná), Randolfo Bittencourt (PMDB Amazonas), Roberto Rollemberg (PMDB São Paulo), Santinho Furtado (PMDB Paraná), Sebastião Néri (PDT Rio), Sérgio Cruz (PMDB Mato Grosso do Sul), Teodoro Mendes (PMDB São Paulo), Tobias Albes (PMDB Goiás), Walmor Giavarino (PMDB Paraná), Wall Ferraz (PMDB Piauí), Walmor de Luca (PMDB Santa Catarina), Clemir Ramos (PDT Rio), Jacques D'Ornellas (PDT Rio), Aloísio Bezerra (PMDB Acre).

## Assine EM TEMPO

Um jornal com tradição na luta contra a ditadura



A Editora Aparte Ltda  
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP  
CEP 05414 - Fone 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral do jornal **EM TEMPO**

Nome .....  
Endereço .....  
Cidade .....  
Bairro .....  
Estado: .....  
CEP: .....

Assinatura anual: Cr\$ 6.000,00  
Assinatura semestral: Cr\$ 3.000,00  
Assinatura exterior anual: US\$ 35

## O posicionamento do PT

"A bancada do Partido dos Trabalhadores, reunida no dia 23 de maio de 1984 reafirma a disposição de cumprir a deliberação do seu Diretório Nacional que, em reunião realizada em 6 de maio de 1984, determinou entre outras orientações políticas, o seguinte:

"O PT anuncia desde logo que não participará do Colégio Eleitoral e nem tampouco de quaisquer negociações que privem o povo do seu inalienável direito de eleger ainda este ano o presidente da República."

Além disso, a bancada do PT sugere às bancadas do PMDB, PDT e PTB que proponham a seus respectivos partidos a convocação de seus diretórios para que adotem idêntica posição.

Propõem ainda o PT uma reunião de todos os parlamentares que defendem as diretas já para a retomada imediata do processo de **mobilização popular**, única forma de atingir os objetivos propostos em atendimento às exigências manifestadas pelo povo brasileiro nas ruas.

Finalmente, a bancada do PT se dispõe a encaminhar juntamente com outros parlamentares da oposição uma proposta de CPI que vise apurar as práticas de alguns presidentiáveis que provocam suspeição quanto à idoneidade do próprio Colégio Eleitoral."

Airton Soares, Irma Passoni, Beth Mendes, Luiz Dulci, José Eudes, Eduardo Suplicy, Djalma Bom e José Genoíno.

## Eleições diretas

**Não à proposta de um candidato único das oposições**

O impasse da campanha de massas pelas diretas se instalou no coração do PT: o dramático empate de 24 a 24 votos no Diretório Nacional do partido na votação sobre a proposta de uma candidatura única das oposições é a expressão maior dessa realidade.

O sentido político deste impasse é evidente e explica a paralisia do movimento de massas. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, a campanha pelas diretas pode ter um desdobramento à direita ou à esquerda. À direita: encaminhá-la para uma negociação com a ditadura em torno dos prazos e condições para a realização das eleições diretas ou buscar a unidade com setores dissidentes do governo para disputar no Colégio Eleitoral provavelmente contra Maluf. À esquerda: retomar com força o movimento de massas, aprofundando-o rumo à greve geral, lutando pelo boicote ao Colégio Eleitoral e pela realização das diretas já.

A proposta de um candidato único das oposições para retomar as mobilizações pelas diretas feita pelo governo Montoro tem o sentido claro de resolver o impasse pela direita: a escolha de um candidato burguês moderado serviria para desarmar setores da ditadura resistentes à realização de eleições diretas ou para um acordo amplo com setores do PDS no Colégio Eleitoral.

O fato de que setores importantes da direção do PT e o próprio Lula, tenham defendido esta proposta revelam um fato de extrema gravidade. Atordoados pelo recuo momentâneo do movimento de massas, sofrendo a pressão direta do PMDB e do PDT, sem uma alternativa clara de como retomar a campanha apoiam uma proposta que implica em legitimar um acordo burguês que só teria consequências desastrosas para os trabalhadores, além de destruir a política de independência de classe, que tem marcado a construção do PT de suas origens até hoje.

A resistência das bases do partido a esta proposta evidenciada por exemplo na sua rejeição por unanimidade na Convenção Regional do partido no Rio de Janeiro e por grande maioria dos presentes à uma reunião ampliada do Diretório Estadual em São Paulo só mostra o apego às tradições mais caras do partido e a experiência prática de um sem número de militantes do movimento operário e popular com a política anti-popular dos governos da



## Organizar uma alternativa à conciliação

oposição burguesa. Defender com unhas e dentes a independência de classe hoje no PT é o nosso dever hoje: esta posição só fortalece o partido, renova a confiança nas suas forças, clarifica o sentido das suas tarefas.

### Por uma direção operário-popular para a campanha das diretas

Repudiar, negar a conciliação com a ditadura ou a participação no Colégio Eleitoral, possibilidades contidas na proposta de um candidato único coloca em seguida o desafio: como criar condições para romper o impasse pela esquerda? O PT tem forças para puxar, liderar esta alternativa?

Há aí duas questões centrais em jogo. A primeira delas, a relação do PT com o PMDB e o PDT. Só um cego não reconheceria que a importância da unidade tática na ação com estes setores teve um papel importante na luta pelas diretas. Mas

é um outro tipo de cegueira, tão ou mais grave, a postura que o PT vem mantendo com estes partidos no último período. O PT tem subordinado as suas ações às decisões do Comitê Nacional pró-Diretas, que funciona apenas com base no que é consenso; assim, estes partidos acabam tendo o direito de veto sobre o que se deve ou que não se deve fazer. Com o recuo destes partidos, na verdade, nada se fez. Nenhuma proposta de retomada da campanha e estamos há quase dois meses da votação da emenda Dante de Oliveira. O que se fez o tempo todo foi só lançar confusão com todo tipo de propostas.

Sim, o PMDB e o PDT têm contradições com a ditadura e por isso são partidos de oposição. Mas são partidos burgueses; por isso desconfiam, temem a mobilização popular e procuram até o final o acordo com a ditadura por mais enfraquecida e dividida que ela

esteja. Se o PT quer mobilizar as massas e derrotar a ditadura ele tem que se descolar da posição de subordinação a estes partidos, deve criar uma alternativa para a direção da campanha.

A segunda questão: ao evitar essa posição reboquista em relação ao PMDB e o PDT, o PT ficará só? Não, evidente que não. Ao levantar a bandeira do boicote ao Colégio Eleitoral e a luta intransigente pelas diretas já o PT representará a aspiração dos cinco milhões que foram às ruas na maior campanha de massas da história do país; será a referência para todas as entidades do movimento operário e popular que não concordam com a conciliação; atrairá os setores popular do PMDB e do PDT que não concordam com a posição traidora de suas direções, além dos deputados combativos destes partidos.

A resposta a estas duas questões nos fornece a direção para onde o PT deve jo-

gar as suas forças: formar uma direção alternativa à campanha das diretas, uma alternativa operário-popular para a luta contra a ditadura. Uma direção que garanta a continuidade da luta sem vacilações e traições.

### Retomar a luta rumo à greve geral

Em primeiro lugar, o PT deve convocar a realização de uma reunião nacional de representantes de entidades do movimento operário popular, de representantes de correntes do movimento operário-popular, de deputados combativos para discutir e decidir sobre a retomada das mobilizações pelas diretas já e pela campanha de boicote ao Colégio Eleitoral. As decisões desta reunião devem ser levadas à direção do PMDB, do PDT, do PTB e do grupo pró-diretas do PDS, exigindo delas o apoio político e material; porém, não se subordinará o encaminhamento das propostas aprovadas à concordância ou não destes partidos.

Em segundo lugar, além de aprovar uma campanha pelo boicote ao Colégio Eleitoral, exigindo dos parlamentares dos outros partidos o compromisso de não participar, o PT deve defender a proposta de que não se vote a emenda Figueiredo que restabelece eleições para 1988. Deve-se examinar a possibilidade de enviar ao Congresso uma nova emenda pelas diretas já, combinando-a desde já com a proposta de uma Assembleia Nacional Constituinte, precedida da derrubada da ditadura militar.

Em terceiro lugar, ganham uma importância decisiva os encaminhamentos do movimento sindical rumo à greve geral. Se os setores do Conclat presentes à plenária conjunta que se realizará no dia 16 de junho em São Paulo, não aceitarem um calendário comum de preparação para uma greve geral pelas diretas, a CUT deve, buscando o apoio de todos os setores combativos, promover encaminhamentos em direção à greve geral, de forma combinada com a retomada das mobilizações.

Em quarto lugar, o PT deve propor que esta reunião aprove um programa comum de mudanças para o país, o qual servirá de base para o lançamento de uma candidatura do movimento operário-popular para a presidência da República.

O PT e a questão da candidatura única das oposições

# Um empate dramático no Diretório Nacional

A cobertura do debate travado no Diretório Nacional do partido dias 2 e 3 últimos em Brasília sobre a proposta de uma candidatura única das oposições.

**A**inda sob o impacto da repercussão na imprensa das conversas de Lula com os governadores da oposição, reuniu-se nos dias 2 e 3 últimos, em Brasília, no plenário do senado federal, o Diretório Nacional do PT em sua segunda reunião ordinária. Ao mesmo tempo se realizava, no mesmo local, a convenção oficial do partido, homologatória dos resultados do Encontro Nacional de abril.

Presentes, além dos membros do Diretório, os delegados oficiais dos estados, parlamentares e convidados. O tema central era a candidatura única das oposições e o boicote ao colégio eleitoral, colocados em evidência a partir das declarações da Executiva do partido à imprensa acenando com a possibilidade do PT vir a modificar suas posições tradicionais neste terreno.

## O informe da Executiva

A reunião se inicia no sábado à noite com um breve informe da Executiva sobre as conversas com os governadores da oposição e com o vice-presidente: a proposta de uma candidatura única havia partido de Montoro, que argumentava a necessidade de um fato novo para a retomada das mobilizações ao mesmo tempo em que criticava a falta de unidade das oposições manifesta nas vaías, principalmente à figuras do PMDB, nos comícios. A proposta era endossada por Brizola e aceita com reservas por Tancredo e Ulysses. Já Aureliano especulava sobre as possibilidades do Colégio Eleitoral e dos nomes viáveis.

A partir deste informe, e como a nível da Executiva não havia uma posição uniforme, coube a Francisco Weffort, em nome pessoal, adiantar a proposta que lhe parecia responder às questões levantadas (ver box 4). Entendia o Secretário Geral que o partido não poderia mais ficar à espera da retomada das mobilizações, devendo para isso contribuir com o lançamento de um programa (a plataforma dos dez pontos já aprovada em reunião anterior do Diretório (ver box 2) e a disposição para definir-se por uma candidatura única das oposições. Ia assim Weffort na linha dos artigos seus publicados pela imprensa da véspera onde apontava os riscos mas, principalmente, as vantagens de uma tal tática.

Confirmava-se desta forma o que a imprensa anunciara, (ainda que à sua maneira, com distorções é óbvio) detectando da parte do PT uma possível mudança de linha com relação às suas posições tradicionais, e que um mês antes havia sido reafirmadas em seu Encontro Nacional (ver box 1). Pois, ainda que em nome próprio, pessoal, as declarações do Secretário Geral, somadas às de Lula e do líder da ban-

cada federal Airton Soares, deixavam claro a posição predominante a nível da Executiva do partido.

Como era de se esperar houve uma avalanche de inscrição por parte do plenário, com mais de 50 debatedores que se alternariam até a tarde do domingo seguinte quando finalmente a questão iria a voto.

## Pela candidatura única

O tom predominante das intervenções foi claramente contra a hipótese da candidatura única e de uma eventual ida ao colégio eleitoral. Poucos defenderam a proposta apresentada por Weffort, destacando-se neste campo os deputados Airton Soares, João Batista dos Mares Guia (MG) e José Eudes (RJ) além do próprio Lula e de dois integrantes da chapa de oposição no último Encontro Nacional.

Os deputados iam além de Weffort e destacavam a necessidade do PT não fechar desde já a possibilidade de ir ao colégio eleitoral numa eventual disputa contra Maluf. Insistiam que "política não se faz com princípios ou religião" mas sim com a realidade tal qual ela é, onde o PT se apresenta como um partido fraco e pequeno que não pode ficar isolado nesta conjuntura. Daí extraíam a decorrência de que a candidatura única das oposições poderia ser a grande jogada do partido para se alçar na dianteira dos fatos políticos na luta pelas diretas e pela retomada das mobilizações.

Por seu lado, Lula, deixando para intervir entre os últimos oradores, usou a maior parte de seu tempo para queixar-se das dificuldades que o partido vem enfrentando, suas fraquezas, sua pouca presença na maioria dos estados, "o sonho de muitos em pensar no lançamento de uma candidatura própria do PT numa disputa direta" (contra a qual ele se colocava desde já) o atraso do partido em se posicionar politicamente (por exemplo frente à constituinte) para, no final, explicitar que, por todas estas razões, ele se colocava ao lado de Weffort na sua proposta de candidatura única. Mas a intervenção do presidente do partido teve pouco impacto pois, à esta altura uma clara maioria já se evidenciara no plenário contra a formulação de Weffort. Assim, o peso que Lula poderia ter jogado em plenário na definição do partido num ou noutro rumo não se deu, sua intervenção valendo mais como uma explicitação do pensamento predominante na Executiva.

Por fim, Antônio Neiva (RJ) e Armando Rollemberg (DF), ambos integrantes do Diretório Nacional pela chapa de oposição, surpreendera o plenário por sua posição a favor da candidatura única (ver box 4) na medida em que

uma das características da chapa no Encontro foi a demarcação contra a conciliação em todas as suas variantes.

## Contra a conciliação

Do outro lado, do espectro de posições, vários membros do Diretório se manifestaram contra a candidatura única. Havia já o posicionamento de algumas direções estaduais neste sentido: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pernambuco, que foram lidos em plenário. E dentre os participantes que intervieram com esta posição destacaram-se Perseu Abramo, José Genoino, Flávio Andrade, Djalma Bom, Luis Gushiken e Jacó Bittar.

Perseu Abramo, também integrante da Executiva, colocava-se radicalmente contrário à posição sustentada por Weffort argumentando que se consumada, a candidatura única seria a dissolução do PT e a negação das posições afirmadas em Encontro Nacional. E em seguida apresentava uma proposta de resolução (ver box 4) que finalmente viria a ser o ponto de convergência das várias propostas contrárias à tese do candidato único.

O deputado federal José Genoino numa intervenção mais de fundo chamava a atenção para a total falta de unidade entre a plataforma do PT e os pontos programáticos de uma candidatura do tipo Tancredo, ou outra saída dos marcos hegemônico da oposição burguesa.

Já Flávio Andrade, num chamamento à discussão fraterna, sem sectarismos nem diplomacia, criticava a maneira pela qual a direção nacional conduzira os encontros, conversas, declarações à imprensa e artigos publicados, a seu ver numa flagrante desrespeito às resoluções partidárias e semeando a confusão e a desconfiança entre as bases do partido. Denunciava ainda a candidatura única como manobra da oposição burguesa buscando maior legitimidade perante as massas numa próxima retomada das mobilizações.

Luiz Gushiken, como delegado oficial por São Paulo, numa ponta de ironia chamava a atenção para a "coragem dos propositores da candidatura única dentro do PT" pois, a seu ver, esta proposta jamais passaria nas bases partidárias e era apenas uma maneira de se desgastar a direção perante as bases.

O deputado federal Djalma Bom perguntava porque formamos o PT, se agora, nesta conjuntura, vamos apoiar uma candidatura do PMDB ao estilo Tancredo que não tem nada a ver com a classe trabalhadora. E propunha que se convocasse um Encontro Nacional Extraordinário para

## 1. Convenção Extraordinária sobre candidatura própria

O trecho da resolução sobre a campanha das diretas

"Portanto, a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conchamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. Rejeitada no Congresso Nacional a Emenda Dante de Oliveira, o PT deve articular suas táticas, intensificando o debate sobre a Assembleia Constituinte.

Com essa perspectiva, nossa proposta é de que as eleições livres e diretas sejam realizadas em dois turnos, de modo a garantir a todos o direito de competir pela preferência popular, e também de assegurar que o próximo presidente da República seja eleito pela maioria absoluta do eleitorado. Graças a este processo, todos os partidos poderão lançar seus candidatos no primeiro turno, e, no segundo, a disputa ficará limitada aos dois primeiros colocados.

Por outro lado, consideramos precipitado, neste momento, o lançamento de candidaturas pelo PT. Nosso objetivo é a conquista de eleições livres e diretas. No entanto, atingidas essa meta e definido quando e sob que regras as eleições serão realizadas, o PT deverá então realizar uma **Convenção Nacional Extraordinária para deliberar sobre plataforma eleitoral e candidatura própria.** (grifo nosso)"

## 2. A "Plataforma de 10 pontos"

Aprovada pelo Diretório Nacional em sua primeira reunião dias 5 e 6 de maio em São Paulo.

"O Partido dos Trabalhadores reafirma sua disposição de intensificar a mobilização popular pelas eleições livres e diretas já e apresenta os pontos essenciais de sua plataforma de lutas em torno das quais procurará reunir o maior número de forças políticas e sociais:

1 - Revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN) e demais leis repressivas, bem como dos dispositivos constitucionais sobre medidas de emergência e estado de emergência, e desmantelamento do aparelho repressivo.

2 - Rompimento imediato com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e imediata suspensão do pagamento da dívida externa, com a subsequente investigação de caso a caso.

3 - Imediato reajuste salarial para todos os trabalhadores, com base na inflação dos últimos seis meses, e subsequente adoção, daí por diante, da escala móvel de salários.

4 - Salário-desemprego, de aplicação imediata, e adoção de medidas econômicas para gerar empregos em grande escala nas diversas regiões do País.

5 - Reforma Agrária sob direção e controle dos trabalhadores que garanta terra para quem nela trabalha.

6 - Liberdade e autonomia sindicais, com reconhecimento efetivo do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical em relação ao Estado.

7 - Reformulação - com efetiva participação dos trabalhadores - das leis sobre trabalho, salário, previdência social e aposentadoria.

8 - Atendimento de emergência às necessidades básicas da população mais carente, em termos de alimentação, saúde, habitação, educação, transporte, vestuário, recreação, lazer e cultura, com fundos provenientes dos lucros de

multinacionais, grandes propriedades rurais e sistema bancário e financeiro.

9 - Ampla e livre organização política e partidária, expressamente para correntes partidárias atualmente consideradas ilegais; eleições diretas para prefeitos de todos os Municípios, inclusive os considerados como áreas de segurança nacional; revogação da "Lei Falcão", das inelegibilidades, dos casuismos da legislação partidária e eleitoral e de quaisquer restrições à livre propagação e ao direito de voto; extensão do voto aos analfabetos, soldados e cabos.

10 - Solidariedade aos povos de todo o mundo que lutam contra o imperialismo e a opressão de governos anti-democráticos; exigência de reatamento das relações diplomáticas, culturais e comerciais com Cuba e reconhecimento da FMLN como legítima representante do povo salvadorenho."



decidir sobre o lançamento de candidatura própria do partido.

Por fim Jacó Bittar, também integrante da Executiva Nacional, colocava-se contrário à tese do candidato único e enfatizava que somente um novo Encontro Nacional poderia revogar o que o anterior estabelecera.

### Hoje não, amanhã talvez

Pois bem, em meio a estes dois lados da disputa vários integrantes do Diretório interviam com uma terceira posição em variados matizes, mais para um lado ou para o outro, basicamente colocando-se contra a candidatura única já, mas ao mesmo tempo deixando uma porta aberta para, quem sabe, **mais adiante**, poder vir a aceitá-la.

Estes, destacando-se aí os dirigentes dos 113 de São Paulo, acabaram se aglutinando em torno da proposta apresentada por Rui Falcão (ver box 4).

No final da tarde de domingo o debate chegava ao seu final e as posições se afunilaram para a votação. Weffort retirara sua proposta e aderira à proposta de Rui Falcão juntamente com aqueles que defendiam a sua posição inicial. E pelo lado dos contrários à candidatura única, todos convergiam para a proposta de Perseu Abramo.

O clima era tenso e o resultado ansiosamente aguardado diante do quadro aparentemente dividido das posições finais no diretório. A Executiva tivera que recuar de suas posições iniciais, francamente favoráveis à candidatura única, para uma outra que considerava esta possibilidade no futuro e, ainda assim, o quadro permanecia dividido.

Em meio a este clima, num gesto sectário que deixava transparecer a tensão do ambiente, Rui Falcão lança um apelo a Perseu Abramo realçando seus companheiros de proposta como predominantemente oriundos da chapa de oposição. Ao que Perseu serenamente responde repudiando todo o sectarismo nas discussões partidárias as quais, passadas as refregas de Encontros e eleições de chapas, devem se dar abertamente em cima das posições políticas a cada momento apresentadas por companheiros.

### O empate suado

Depois de uma votação repetida duas vezes com ligeira e imprecisa vantagem para a proposta de Perseu, a mesa resolve então fazer uma nova votação com chamada nominal. Alguns retardatários chegam ao plenário e o resultado então fica empatado: 24 a 24 votos.

## 3. "Pela reafirmação das Diretas Já"

*A resolução política aprovada pelo Diretório Nacional agora em sua segunda reunião dias 2 e 3 últimos em Brasília.*

*A partir do empate entre as propostas de Perseu Abramo e Rui Falcão, esta resolução consolida os pontos comuns entre ambas as propostas exceto na questão da candidatura única.*

1. O PT reafirma as suas resoluções do Encontro Nacional de São Bernardo e da reunião do Diretório Nacional realizada em São Paulo. E reitera seu propósito de prosseguir na campanha por eleições diretas já como uma luta pelo direito de o povo exercer o controle do Governo e como primeiro passo para mudanças políticas e econômicas que levem ao atendimento de reivindicações da classe trabalhadora.

2. Reafirma, também, sua posição contrária a quaisquer negociações que privem o povo de seu direito de eleger ainda este ano o novo presidente e contra as manobras de prorrogação do mandato do atual presidente.

3. O PT não participará do Colégio Eleitoral e nem de quaisquer outros mecanismos de escolha indireta do presidente. Mais ainda, o PT se empenhará concretamente no boicote ao Colégio Eleitoral para torná-lo inviável.

4. Para que a mobilização popular pelas diretas-já tenha tempo para superar o nível alcançado anteriormente, o PT tentará protelar a votação da emenda Figueiredo, que mantém o Colégio Eleitoral em 84 e adia para 88 a eleição direta. Ao mesmo tempo, procurará redirecionar contra o Executivo o eixo da pressão popular, e exigirá que o Governo substitua aquela emenda por outra que estabeleça diretas em 84. Se isso não

for conseguido, o PT lutará, no Congresso, para destacar e derrubar os itens da Emenda Figueiredo que mantém a escolha indireta em 84, e examinará os demais itens, para aprovar os que interessam à classe trabalhadora e às oposições.

5. O PT considera indispensável, neste momento, retomar, ampliar e intensificar a mobilização pelas diretas-já, através de sucessivas e crescentes manifestações populares, com jornadas nacionais de luta que incluam concentrações e paralisações do trabalho. Essas lutas populares devem desembocar numa ampla e massiva greve geral, de acordo com o movimento sindical, e para cuja efetiva preparação o PT conclama desde já, seus militantes e simpatizantes.

Em torno dos objetivos aqui definidos e, especialmente, de sua **Plataforma de Lutas de 10 pontos**, o PT se empenhará em reunir o maior número de forças políticas e sociais, especialmente os sindicatos, as entidades populares e os partidos.

7. Nesse contexto, o PT referenda os contactos até aqui mantidos, pela direção nacional e autoriza o seu prosseguimento, sempre que necessário, e de acordo com as resoluções democraticamente aprovadas no Partido, ao mesmo tempo tempo em que se compromete a divulgar, pública e oficialmente, os resultados dessas conversações.

Ansioso com o resultado, o deputado Airton Soares apela a que Lula, apesar de já haver votado uma vez na chamada nominal, vote uma segunda vez desempatando como minerva (esquecendo-se que minerva não é voto de qualidade e que só é usado como recurso e não como voto dobrado). Mas Lula recusa-se.

E assim prevalece o empate, o resultado ficando pendente para uma próxima reunião do Diretório Nacional, valendo até lá os pontos comuns de ambas as propostas, exceto na questão da candidatura única (ver box 3).

Isto porque os defensores da proposta Rui Falcão se negaram ao encaminhamento sugerido pelos defensores da proposta Perseu Abramo após o empate, que era o seguinte: como ambas propostas rejeitavam a candidatura única, uma definitivamente, e outra por enquanto, deveria ficar portanto como comum, que o partido, pelo menos por agora, não aceitava esta tese, ficando para uma próxima reunião deliberar apenas sobre a aceitação ou não da candidatura única **para o futuro**. Mas, protestavam os defensores da proposta Rui Falcão, assim posta a questão do partido ficaria desautorizado a continuar as conversas que haviam se iniciado com outros setores da oposição sobre o tema. O que, reveladoramente, apenas explicitava algumas das intenções subjacentes à proposta que acabavam de votar.

A partir deste impasse o tema ficou então adiado para uma próxima discussão, apesar dos protestos daqueles contrários à candidatura única no sentido de que somente um novo Encontro Nacional do partido poderia vir a deliberar favoravelmente a esta tese.

De qualquer-forma o resultado desta reunião do Diretório Nacional foi uma clara vitória do partido diante das ameaças que vem sofrendo nesta conjuntura pelas oposições burguesas. A não aceitação da tese da candidatura única significou a reafirmação das posições partidárias, ainda

que bastante questionadas no interior do PT, em especial a nível da direção. E é por isso mesmo que negativamente, por outro lado, o debate e seu resultado significaram também um razoável desgaste para a Executiva que teve que recuar bastante de suas propostas e iniciativas anteriores para tentar respaldar-se no Diretório.

Agora, especialmente para a próxima reunião do Diretório, o debate nas bases é que deve ser o fator decisivo para os próximos resultados. É verdade que muitos membros do Diretório estiveram ausentes desta reunião de Brasília, principalmente pelo lado da chapa majoritária. Outros, votaram junto com integrantes da chapa da oposição, na proposta Perseu: além do próprio, Djalma (SP), Perli (ES), Derli (PB) e Abdias (RJ). Mas enfim, qualquer aritmética sobre a votação que a próxima reunião do Diretório irá eventualmente enfrentar é hoje altamente especulativa.

É do debate e das tendências que se aflorarem na base neste mês de discussões que sairá certamente o posicionamento definitivo do PT sobre o assunto.

## 4. As propostas em debate

*Aqui, um apanhado dos trechos mais significativos das várias propostas apresentadas na reunião do Diretório.*

### Proposta Francisco Weffort

1. O PT reafirma o repúdio ao Colégio Eleitoral e reafirma suas decisões já tomadas por este Diretório, de não participar do mesmo.

2. O PT reafirma a mobilização pelas Diretas, em comício e manifestações de massa; incluindo a perspectiva de uma paralisação cívica ou uma greve geral.

3. O PT se dispõe a conversar sobre uma possível candidatura única de oposição, com as seguintes condições:

a) compromisso com a campanha das diretas;

b) compromisso de concorrer em eleições diretas;

c) compromisso com uma plataforma de consenso entre os partidos de oposição;

d) o PT contribuirá para essa plataforma com sua plataforma de 10 pontos.

### Proposta Perseu Abramo

Considerando que o lançamento de candidatura única das oposições não contempla os interesses da classe trabalhadora, e desvia os rumos da luta pelo fim do regime, o Diretório Nacional do PT, tendo examinado exaustivamente essa tese em sua reunião de 2 e 3 de junho, aprova a seguinte resolução política (...)

Manifestar publicamente que não apoia o lançamento de um candidato único das oposições, nem a prorrogação do mandato do atual presidente nem o estabelecimento de mandato-tampão.

### Proposta Rui Falcão

O PT entende que é fundamental, neste momento, retomar as grandes mobilizações a favor das eleições diretas-já, conclamando para isso todos os partidos, parlamentares, governadores e entidades da sociedade civil comprometidos com a campanha. Uma vez conquistadas eleições diretas, debatidas amplamente plataformas de campanha e de governo, o PT poderá examinar uma proposta de candidatura única das oposições que venha a ser colocada, convocando para tanto uma convenção extraordinária:

**Proposta José Genoíno / Flávio Andrade / Antonio José / Ivan Valente**

**Contra o candidato único das oposições:** O PT se posiciona claramente contra a recente articulação de setores da oposição por um candidato único por entender que: 1º) ela visa antes de mais nada realizar uma transição negociada com o regime militar rumo a alguma forma de dominação civil burguesa conservadora; 2º) tendo em vista os nomes concretamente cogitados para esta hipótese (Tancredo ou Aurealino) é não apenas possível como principalmente necessário que o partido de antemão esclareça que é completamente impossível estabelecer um programa comum com estes senhores que atenda aos interesses do movimento operário e popular; 3º) o que na verdade esta proposta visa é vestir nomes, no limite aceitáveis pelo regime militar com a roupagem de candidato único das oposições no intuito de legitimar perante as massas uma saída de negociação no colégio eleitoral. (...)

**Pela reafirmação das oposições partidárias:** Tendo em vista as posições recentemente aprovadas pelo partido em seu Encontro Nacional, julgamos que a Executiva Nacional poderia ter respondido a estas propostas sobre "o candidato único e o colégio eleitoral" imediatamente, evitando-se assim abrir na imprensa, e por decorrência, no coletivo partidário e na opinião pública, toda uma série de confusões e dúvidas que apenas vêm prejudicar a imagem do partido e jogam ainda mais força no impasse e dificuldades em que se encontra a retomada da luta pelas diretas.

### Proposta Antonio Neiva

Considerado que a campanha de massas por eleições diretas já, entrou em refluxo e não existem indícios na conjuntura, de que esta campanha pode ser retomada a menos de novas condições, propomos que o Diretório Nacional do PT abraça a tese de um candidato único das oposições para as eleições diretas, "ad referendum" de sua convenção nacional extraordinária, candidato este comprometido com um programa político para o qual o PT contribuiria de ante mão com os 10 pontos aprovados em sua última reunião do Diretório Nacional.

# NÃO!

A defesa do boicote ao Colégio Eleitoral é a condição para retomar com força a campanha pelas diretas já.

**H**á uma certa dificuldade para definir o que significa, exatamente, a proposta de um "candidato único da oposição". Foi lançada pelo governador Montoro, oficialmente, no dia 7 de maio, associada à continuidade da campanha pelas diretas e a um "programa básico de governo". Em seguida, os outros governadores do PMDB apoiaram a proposta, o mesmo fazendo Brizola, que admitiu inclusive que o candidato fosse do PMDB.

Logo a proposta se completou: o "candidato único" deveria ser um candidato "ambivalente", isto é, capaz de disputar tanto no Colégio Eleitoral quanto as diretas. E a sua defesa se tornou mais clara: o "candidato único" deveria ser um moderado, que pudesse desarmar as resistências na área do governo às diretas, e atrair mais setores do PDS para o bloco da "oposição". E todas as indicações caminharam para a definição de Tancredo Neves como o homem capaz de satisfazer a todas estas exigências.

A proposta, contudo, que estava ficando cristalina, se confundiu um pouco, quando Montoro desmentiu que estivesse defendendo um candidato "ambivalente" e Tancredo, depois de dar seu apoio e aceitar ser um "ambivalente", declarou que não gostava da palavra, para finalmente dizer que "as diretas já são inegociáveis". A partir daí é que foi sendo mais enfatizado o argumento de que com um "candidato único" seria mais fácil retomar as mobilizações pelas diretas-já. Com isso, tentava-se dourar a proposta como um apoio à mobilização de massas, a continuidade lógica da grande campanha nacional dos primeiros meses do ano.

Se é tradicional na política brasileira (e não só nela) o fato de que as declarações raramente podem ser tomadas muito ao pé da letra, é claro que nos últimos tempos a arte

de dizer coisas contraditórias e confusas, de afirmar para desmentir, de ocultar as intenções reais, tem sido especialmente cultivada. Assim, temos de buscar menos nas palavras e mais nos fatos o sentido real da proposta de "candidato único".

## Desarmar a luta pelas diretas

É razoável acreditar que seu propósito é dar um novo objetivo à mobilização de massas, dar continuidade à grande campanha das diretas? Isto é verossímil?

Evidente que não. Os governadores que encabeçam a proposta já vacilaram quando a campanha estava no auge; só jogaram peso nas grandes manifestações finais quando correram o risco de serem ultrapassados pelos acontecimentos. Por que agora que a campanha se encontra diante de um impasse se entusiasmassem com a luta pelas diretas?

Além disso, os partidos da oposição burguesa, PMDB e PDT têm sistematicamente esvaziado os comitês supra-partidários. Na melhor das hipóteses, podemos dizer que estão fazendo corpo mole.

Por outro lado, a idéia de um "candidato único pelas diretas" não faz sentido. Na verdade, é a própria negação das diretas-já. Afinal, o grande sentido da campanha é dar ao povo o direito de escolher livremente o presidente. Ora, se previamente as direções dos partidos fecham o acordo em torno de um candidato, este sentido é inteiramente esvaziado.

Finalmente, a idéia de que tendo Tancredo já definido como candidato o povo se mobilizaria mais é ridícula. As grandes massas se mobilizam sempre em torno e objetivos

grandiosos, quando seu entusiasmo é despertado; e levar Tancredo ao Planalto, convenhamos, é um objetivo dos mais mesquinhos, que não pode entusiasmar ninguém.

## Um acordo com a ditadura

Portanto, o sentido da proposta é claramente outro: o da tentativa de desarmar resistências na área do regime às diretas (ou a uma vitória da "oposição" no Colégio Eleitoral), e de atrair mais setores do PDS. A definição prévia do candidato da oposição interessa para afastar qualquer risco de candidatos que possam ameaçar o sistema, ou realmente (Lula), ou imaginariamente (Brizola). Longe de se destinar a favorecer a mobilização de massas, a proposta visa é a ajudar a negociação com o regime. Assim fica bem coerente a escolha de Tancredo, sabidamente o "oposicionista" mais governista, e do mesmo modo é coerente admitir a ida ao Colégio Eleitoral, o caráter "ambivalente" do candidato.

Se não queremos enganar ninguém, chamemos as coisas pelo seu nome: um acordo em torno de Tancredo como candidato é um acordo com setores do regime, com a ditadura militar. Tancredo seria uma garantia de que todos os crimes e roubos cometidos pela ditadura seriam esquecidos (em nome, provavelmente, do "não revanchismo"), e que nenhuma mudança de fundo seria feita na estrutura econômica do país. Ou seja: tal como tem sido formulada, nas suas várias nuances, por Montoro, Tancredo e companhia, a proposta interessa apenas aos setores mais conservadores da burguesia, e àqueles que se dispõem a seguir ao seu reboque.

## Independência de classe

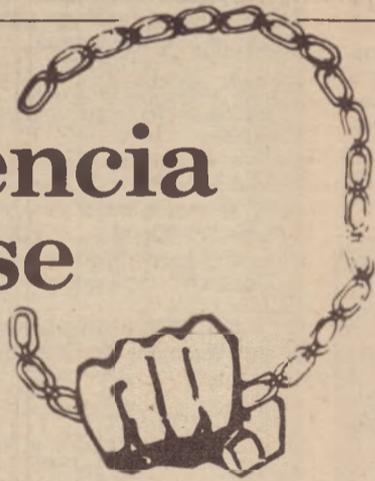
Se a proposta de um candidato único previamente definido para facilitar uma negociação com o regime é inteiramente inaceitável, não poderíamos considerar a idéia de um "candidato único da oposição" a ser indicado depois das diretas, com base em um programa de governo definido a partir de um acordo com toda a oposição? Nesta hipótese, o candidato poderia ser um liberal mais autêntico como, talvez, Ulisses Guimarães.

Isto só faz sentido se defendemos a idéia de que o momento exigiria a unidade sob a direção dos setores liberais da burguesia, para cumprir uma "etapa democrática" no processo de transformação da sociedade brasileira, anterior à luta pelo socialismo. Esta é a visão tradicional dos setores stalinistas e reformistas, e se baseia no argumento de que os trabalhadores e setores populares hoje não têm força suficiente para definir uma alternativa própria, sendo obrigados portanto a aceitar a hegemonia de parte da burguesia e o argumento de que a própria sociedade brasileira não está preparada para o socialismo.

Os argumentos não se sustentam. Podemos dizer que, na crise atual, o Brasil está ainda menos preparado para o capitalismo do que para o socialismo: tentar superar a crise mantendo o caráter capitalista da economia significa, como tem significado inclusive em países mais prósperos do que o Brasil e com governos "socialistas" de fachada, como a França e a Espanha, manter política de arrocho e desemprego.

### A ilusão do programa mínimo

Medidas mínimas de defesa dos interesses, das condições de vida, dos trabalhadores e do povo, como as definidas na "Plataforma de Lutas" aprovada pelo PT (ver



materia nas págs. 4 e 5) não são assimiláveis por nenhum setor burguês de peso. Ou alguém acredita que a burguesia aceitaria uma "reforma agrária sob direção e controle dos trabalhadores, que garanta a terra para quem nela trabalha"? Ou "atendimento de emergência às necessidades básicas da população mais carente... com fundos provenientes dos lucros de multinacionais, grandes propriedades rurais e sistema bancário e financeiro"? Medidas como essas, sem serem ainda o socialismo, representam já uma ruptura com a grande burguesia e com a lógica da economia capitalista; ainda que não se adote o nome, são parte de um programa de reivindicações de transição no rumo do socialismo.

Por outro lado, o que significa dizer que hoje ainda não temos força suficiente? Os setores populares são a enorme maioria da população. Se não têm a hegemonia da luta contra a ditadura, é porque amplas parcelas ainda acreditam em soluções dirigidas pela burguesia, ainda não aprenderam a discernir com nitidez os próprios interesses, ainda não romperam politicamente com a burguesia. Ora, sendo este o problema, salta os olhos o absurdo de propor o apoio a um candidato burguês para presidente: estaríamos justamente reforçando as ilusões, tornando mais difícil o avanço da consciência da massas, a sua ruptura com a burguesia. Definir um "programa de governo da oposição", unindo a burguesia liberal e os seto-

res populares, piora ainda as coisas: significa fazer crer que os trabalhadores podem ter uma unidade estratégica com os patrões.

### Com unhas e dentes

O PT se formou justamente para que os trabalhadores pudessem adquirir sua voz própria, deixar de ir a reboque dos setores populistas da burguesia. Apoiar agora Tancredo ou Ulisses seria, no mínimo, dizer que a formação do PT foi prematura, que ainda não era o momento de construir uma alternativa dos trabalhadores. Seria dar razão aos que na campanha eleitoral de 82 pregaram o "voto útil".

Por defender a independência política dos trabalhadores, o PT foi atacado desde a sua fundação pelos que o acusam de "dividir a oposição". Tivemos de passar por momentos duros, como o mau resultado em 82 na enorme maioria dos estados. Agora, contudo, começamos a colher os frutos do nosso esforço, quando os governadores da oposição burguesa vão se desgastando com suas políticas de arrocho e repressão sobre os trabalhadores, quando vai ficando cada vez mais claro que o PT é o único partido que não tem nenhum compromisso com o regi-

me, com a opressão e a exploração. As provas do crescimento do PT são claras: o apoio recebido nos comícios, as pesquisas de opinião, e agora as eleições em Santos (onde o PT mais que dobrou seus votos com relação a 82).

Justamente quando nossa política começa a dar resultado, quando mais nitidamente vai avançando a consciência de que não podemos confiar nos políticos liberais, é que iríamos recuar e adotar a política dos nossos adversários, do PMDB, do PCB, do PC do B etc?

É claro que nossa política não deve ser mudada neste sentido. O socialismo não pode ser implantado de imediato — mas a defesa das condições mínimas de vida dos trabalhadores exige romper com a burguesia e começar a quebrar o capitalismo. Os trabalhadores e setores populares ainda não têm a hegemonia — mas continuamos a lutar por ela, apresentando nossa alternativa própria (fazendo é claro, alianças pontuais com quem der). Não vamos renunciar à construção do PT, e defenderemos com unhas e dentes sua característica mais preciosa: a independência política dos trabalhadores.

## O PCB, Tancredo e Joaquinção

Dos defensores do "candidato único", nenhum tem a clareza do "PCB" — o que é compreensível, pois tem anos de experiência no ramo.

Na sua edição de 2/06/84, **Voz da Unidade** publica uma "Declaração Política" do PCB que diz o seguinte: "Contra o bloco continuista, representado pelas candidaturas de Maluf e Andreazza, vai-se compoando uma ampla e heterogênea frente favorável a mudanças. Para a defesa dos seus interesses, esta frente precisa agora desenvolver as negociações em torno da emenda Figueiredo visando aprovar um substitutivo que contemple os seus pontos positivos e introduza as diretas já e a Constituinte em 1986.

"Isto se liga às tarefas de formulação de um programa mínimo e do lançamen-

to de um candidato único das forças democráticas, capaz de mobilizar a sociedade para forçar, por um lado, o entendimento no Congresso e, por outro, para garantir a essas forças condições de disputar a sucessão e conquistar mudanças, mesmo que sejam de novo bloqueadas as diretas já". (note-se ao fim uma clara defesa da "ambivalência" do candidato único).

Em uma entrevista na TV Gazeta, Giocondo Dias fez uma excelente comparação, para explicar a política do PCB. Respondendo como podia apoiar o Joaquinção, disse: "Se nós às vezes apoiamos um burguês, porque não vamos apoiar um líder sindical?" (**Voz da Unidade**, 19/05/84).

São Paulo

# As bases reagem

*No último dia 9, na reunião do Diretório Estadual ampliada com representantes do partido em todo o estado, a maioria dos militantes reagiram de forma crítica e até com agressividade à proposta de um candidato único das oposições.*

As declarações dos dirigentes petistas na imprensa da semana atrasada sobre a candidatura única das oposições tiveram imediata repercussão nas bases do partido. Antes mesmo da reunião do Diretório Nacional em Brasília dias 2 e 3, últimas várias solicitações de esclarecimento e até mesmo de indignação chegavam às sedes regionais.

Em São Paulo, a Executiva Estadual numa reunião extraordinária fez uma discussão preliminar e ao mesmo tempo convocou o Diretório Regional, ampliado com representantes dos diretórios de base, para o sábado dia 9 de junho.

Esta reunião ampliada foi sintomática do sentimento predominante nas bases petistas. Já no informe inicial para a abertura dos debates, centrado no Diretório Nacional de Brasília, uma preocupação insistente da Executiva em esclarecer o teor exato da proposta que alguns de seus integrantes haviam votado em Brasília: a proposta Rui Falcão (que é vice-

presidente na Executiva Estadual e autor de uma das propostas empatadas no Diretório Nacional, ver págs. 4 e 5) não propunha candidatura única, mas apenas colocava a possibilidade do PT vir a debater esta questão após a conquista das diretas. Era preciso que isso ficasse bem claro, insistia a Executiva.

No entanto, para o plenário, por enorme maioria, mais além dos detalhes das propostas em confronto do Diretório Nacional, o que particularmente estava claro é que o partido não havia tomado uma posição definitiva e precisa sobre o tema. Mais ainda, que por parte do núcleo central da direção nacional do partido haveria uma clara tendência para o apoio ao candidato único. E como nas convenções regionais este núcleo central vem freqüentemente se compondo com a direção estadual e vice-versa, o resultado ficou inevitável: a desconfiança latente aflorando para todas as direções.

contribuição ao debate em torno da candidatura única, bem como das demais questões. Escudou-se na omissão e na defesa do adiamento da discussão para que o espectro contraditório de alianças no seu interior não esboroasse. Afinal lá dentro estavam, por exemplo a posição de apoiar o projeto menos ruim da burguesia (defendida por setores ligados à Igreja Católica, como Abdias dos Santos, dos metalúrgicos de Niterói) e a posição de sindicalistas, como o presidente da CUT-RJ, Geraldo, dos metroviários, radicalmente contrária à candidatura única e por um candidato do PT.

À exceção expressiva dos metroviários e de outros militantes com atuação sindical, os 113 demonstraram, no Rio, que é uma articulação para controlar as instâncias do partido e não para conquistar sua hegemonia política. Sua omissão foi tão grande que em nenhum grupo de discussão, em nenhum ponto, seus adeptos foram escolhidos relatores.

Esta Plenária seguramente levará a que muitos militantes, com expectativa nos 113 como uma proposta de direção do partido venham a questionar o que representa esta articulação: os métodos de exclusão política e ideológica; o esvaziamento do debate partidário (canalizados para o seu interior); o centralismo burocrático que impõe aos seus participantes; e o conteúdo mesmo de suas posições, sempre preterindo as propostas de esquerda feitas por setores operários no seu interior.

Esta atuação levou os 113 a amargar a derrota naquilo que era o seu ponto de honra nesta Plenária: a eleição do novo presidente do PT-RJ. O seu candidato, Abdias, derrotado, por pequena margem de votos, por Sidney Lianza, ex-membro da executiva nacional e apoiado pelas outras chapas.

**A esquerda do partido se fortalece**

A Plenária do Rio, pelas posições aprovadas e pelo Diretório eleito, evidenciou a importância da esquerda do partido. Crescendo enquanto uma al-

**Tom crítico e agressivo**

A reunião no entanto tinha apenas caráter consultivo, no sentido de se preparar a discussão que será levada às bases. Mas ainda assim uma enorme lista de intervenções ocupou toda a manhã e tarde do sábado.

De dentro mesmo da Executiva Estadual vieram algumas intervenções bastante críticas à direção nacional: Luis Gushiken, secretário de Organização, criticou explicitamente a maneira pouco disciplinada com a qual a discussão foi posta para fora do partido, desorientando as bases e confundindo a opinião pública. Rochinha, Tesoureiro, manifestou-se taxativamente contrário à candidatura única e pelo lançamento de um programa e candidato próprio do PT.

Os setores que na última convenção se opuseram à política dos 113 encontraram agora amplo espaço e receptividade para suas posições, até bem recente taxadas de principistas e doutrinistas. Tinham um exemplo muito concreto e palpável das consequências possíveis de uma e outra política.

E da ampla maioria das bases partidárias da capital e do interior o tom era nitidamente crítico, senão até mesmo agressivo, diante do que sentiam como uma verdadeira ameaça à natureza mesma do partido.

Poucos, com destaque para o líder da bancada estadual, deputado Geraldo Siqueira, manifestaram uma posição de certa dúvida, em alguma medida sensíveis aos argumentos que os defensores da candidatura única levantam em prol de sua proposta.

De qualquer forma, como a reunião era consultiva, nem todo o calor do debate se desenvolveu, ficando adiado um posicionamento formal a nível do estado para início de julho, antes da próxima reunião do Diretório Nacional.

Mas, se esta discussão vale como um sinal do pensamento predominante nas bases do partido, pode-se já concluir que dificilmente a proposta de uma candidatura única emplacará dentro do PT.

ternativa de direção para o PT, a esquerda opôs-se aos métodos e propostas evasivas dos 113 defendendo a democracia interna, apresentando um trabalho real de construção do partido de propostas baseadas na independência política dos trabalhadores.

Sete chapas disputaram a indicação da Plenária. Duas destas não obtiveram o quorum de 10%, entre elas a Convergência Socialista que volta, agora, a integrar-se nas estruturas do PT.

Com posições à esquerda foram eleitos, num Diretório de 36 membros, oito companheiros da chapa defendida por Joaquim Soriano e Luiz Arnaldo (ambos do Diretório Nacional) e cinco da chapa defendida por Vladimir Palmeira. Com posições políticas de centro na questão do candidato único (contra, neste momento) e em oposição aos métodos dos 113, a chapa encabeçada pelo novo presidente do PT-RJ elegeu quatro membros. Os 113, por sua vez, ficou com quatorze membros (representando diversas posições) e os parlamentares, que voltaram às plenárias, serão representados por quatro membros mais o líder da bancada.

RIO

## Por unanimidade, não à candidatura única

*A primeira convenção estadual após a reunião do Diretório Nacional rejeitou firmemente a proposta de um candidato único das oposições.*

O texto da resolução aprovada pela unanimidade dos 300 delegados à VII Plenária Estadual do PT do Rio é simples: "O PT rejeita a proposta da candidatura única das oposições feita pelo PMDB". Mas surpreendente. Afinal, enquanto há poucas semanas atrás o Diretório Nacional se dividia em torno desta questão, o partido, na sua primeira manifestação de base, se pronunciou categoricamente contra a proposta peemedebista.

Mas o que representou esta unanimidade contra o candidato único?

Em primeiro lugar, o compromisso das bases partidárias com a mobilização pelo fim do regime. Para a Plenária do Rio, ao contrário da metade do Diretório Nacional, a proposta de candidatura única em discussão vai contra este objetivo, ao comprometer o PT com a legitimação de um candidato de conciliação com o regime.

Mas a unanimidade, também, não pode levar à idéia do sepultamento definitivo da tese do candidato único, pois, apesar de apoiada por parte expressiva, a proposta de candidato próprio do PT não foi aprovada pela plenária. A confusão ainda reside na idéia de que um candidato do PT (mesmo que com a perspectiva de ter apoio e atrair setores fora do partido) colocaria obstáculos às mobilizações unitárias. Esta idéia, na verdade, encobre outras que vão desde o não entendimento da necessária independência do PT dentro da unidade com outros partidos, como aquelas que defendem

uma candidatura única, mas não agora. E até posições a favor da candidatura única-já (como as que apareceram no Diretório Nacional), que foram forçadas a recuar, embora não se saiba ainda, pelo menos no Rio, se serão mantidas.

De todo modo, a Plenária do Rio evidenciou que sempre que as decisões políticas do PT saem de um debate democrático, elas tendem para a esquerda. Resta desenvolvê-las e lutar para que a direção do partido as expresse limpidamente.

### Oposição ao governo Brizola: por consenso

Algum tempo antes da Plenária esta já era uma decisão previsível. A relação do governo Brizola com os movimentos no período de um ano só fez comprovar o acerto da decisão passada, de manter-se em oposição.

Com uma unificação maior neste ponto, inclusive por parte dos parlamentares (que não haviam acatado a decisão anterior), é possível ao PT vir a ocupar amplos espaços na política estadual e assim colocar-se como uma alternativa de massas para amplas parcelas que, a cada dia, se desiludem mais com o "socialismo moreno".

### O papel dos 113 e sua derrota

A Plenária do Rio, por outro lado, foi bastante didática no que diz respeito ao que representa a articulação 113. A sua direção não trouxe qualquer

## Errata

Em relação ao artigo "Convocada Convenção sobre Diadema" publicada na página 10 da edição passada, gostaríamos de fazer duas retificações.

Em primeiro lugar, a polarização entre os que defendiam a proposta de convocação da convenção extraordinária e os que eram contrários a ela, não pode ser resumida à polarização "setores mais combativos" e "setores menos combativos".

Em segundo lugar, não é verdade que todos os que votaram contra a convocação de uma convenção extraordinária argumentaram "que ao contrário de um partido de massas em Diadema estaria se construindo um partido de quadros". Houve quem votasse contra a convocação de uma convenção exatamente pela reafirmação da legitimidade e da consequência do trabalho do Diretório Municipal de Diadema, o que dispensaria a convocação de um fórum extraordinário.

# A atualidade da greve geral

Por Eduardo Albuquerque e Laan Izidoro

O maior desmentido à idéia de que o movimento de massas experimenta um refluxo, após a derrota da emenda Dante de Oliveira está nos quadros que apresentamos abaixo: mais de 700 mil trabalhadores foram à greve nos últimos dois meses.

Assim, quando se reunir a Plenária Conjunta CUT-Conclat, a discussão da greve geral terá de ganhar maior concreticidade. A proposta de marcar uma paralisação nacional, preparada por mobilizações regionais é importante para avançar na criação das condições para a realização da greve geral contra a ditadura.

A importância de um claro posicionamento da Plenária sobre esta questão fica aumentada com a intensificação da crise no interior do PDS e no bloco dominante como um todo. A presença firme do movimento operário

na cena política é o "fato novo" que poderá mudar o rumo da conjuntura.

A crise que se abate sobre os trabalhadores tem sido respondida com lutas que demonstram a disposição de luta do povo explorado. EM TEMPO pesquisou junto ao Banco de Dados do DIEESE as mobilizações ocorridas durante os meses de abril e maio. O que foi catalogado mostra a participação de mais de 700 mil trabalhadores em greve em apenas dois meses! A repercussão destas lutas na imprensa burguesa é naturalmente minimizada pela falta de uma análise de conjunto.

Em apenas dois meses, mobilizaram-se mais que 700 mil trabalhadores de setores variados, representando desde as categorias operárias mais combativas, como os metalúrgicos do ABC, passando por setores médios com uma história de mobilizações mais re-

cente, como os professores, até os trabalhadores rurais que depois de Guariba, São Paulo, irromperam com todo vigor na luta. A amplitude das mobilizações é indiscutível.

E estas lutas demonstraram o desenvolvimento de formas de luta mais avançadas, como as greves com ocupação de fábricas realizadas em várias lutas dos metalúrgicos. De uma maneira isolada há um avanço nas formas de luta empregadas em alguns locais. Por sua vez, a explosividade e a espontaneidade de várias greves, como as dos trabalhadores rurais dão a dimensão do sufoco, da opressão vivida.

Quais as causas imediatas das lutas? Demissões, aumentos salariais acima dos índices do governo, abonos de emergência, a conquista de estabilidade no emprego; é a defesa contra a recessão cujo ônus é jogado sobre as

costas dos trabalhadores.

Disposição para lutar não é o que falta! O caráter de todas as lutas é localizado. O que por um lado é importante por não aceitar em silêncio o arrocho, porque as lições das lutas preparam para lutas maiores. Mas o enfrentamento localizado é limitado.

Todas as lutas enfrentam um inimigo comum: a ditadura e sua política econômica. Todas as reivindicações tem um eixo comum: derrotar o arrocho e o desemprego.

Os esforços isolados atingem em parte o inimigo comum. Perdem força por não se somarem, por não encurralarem o inimigo comum arrancando-lhe conquistas maiores. Lutar isolado facilita a ação do inimigo comum, que, em cada momento isolado, pode concentrar todas as suas energias para derrotar ou minorar os efeitos de uma luta parcial.

## As greves de abril

CATEGORIA	DURAÇÃO	GREVISTAS	CATEGORIA	DURAÇÃO	GREVISTAS
METALÚRGICOS / Volkswagen, Volks Caminhões, Ford, Perkins, Mercedes e Scania - S. Bernardo/SP.	5 dias	47.000	Villares Comp. Automotivos - S. Bernardo/SP	6 dias	2.400
METALÚRGICOS / General Electric - S. André/SP	7 dias	1.700	Reivindicam extensão do acordo com as montadoras e Com. Fábica.		
METALÚRGICOS / Phillips - S. André/SP	1 dia	1.400	METALÚRGICOS / Toshiba - S. Bernardo/SP	1 dia	290
METALÚRGICOS / Várias empresas - S. André/SP	(*)	(*)	Extensão do acordo com as montadoras, estabilidade e Comissão de Fábrica.		
METALÚRGICOS / General Motors - S. J. Campos/SP	5 dias	9.000	METALÚRGICOS / TRW - S. André e Mauá/SP	4 horas	3.000
METALÚRGICOS / Ericsson - S. José Campos/SP	5 dias	2.500	Reivindicam reajuste salarial maior que o obtido pela categoria.		
METALÚRGICOS / Nacional - S. José Campos/SP	5 dias	1.000	METALÚRGICOS / TRW Mission Ind. Mecânica - Coelho Neto/RJ	1 dia	300
METALÚRGICOS / Bundy - S. J. Campos/SP	5 dias	500	Protesto contra demissões. Reivindicam estabilidade e Comissão de Fábrica.		
METALÚRGICOS / Ibrape, Fi-El, Mafersa e Elevadores Kone - S. J. Campos/SP	(*)	(*)	METALÚRGICOS / Estaleiro EMAQ - Rio de Janeiro/RJ	7 dias	4.500
METALÚRGICOS / Pirelli - Sorocaba/SP	5 dias	550	Atraso de salários. Reivindicam Comissão de Fábrica, estabilidade no emprego, normalização no pagamento dos salários, atualização depósito FGTS.		
METALÚRGICOS / Fábrica de Aços Paulista - Sorocaba/SP	16 dias	2.000	METALÚRGICOS / NEWTOY - São Paulo/SP	5 horas	130
METALÚRGICOS / Saturnia, Moto-Peças, YKK Zipper, Zobor, Arthur Link, Grupo Maquinaria, Metalúrgica Yanes e outras - Sorocaba/SP	(*)	(*)	Atraso dos salários.		
METALÚRGICOS / Ford, Volks, Villares, Alcan Alumínio, Confab, Mecânica Pesada e outros - Taubaté/SP	(*)	(*)	METALÚRGICOS / Usina Sta. Olimpia - São Paulo/SP	2 horas	150
Campanha Salarial. Reivindicam reajuste superior ao INPC (83,3%), abono de emergência, reajuste trimestral, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, mudança da data-base de 1º de abril para 1º de maio.			Equiparação salarial por cargos com os trabalhadores da matriz.		
METALÚRGICOS / Tarmet - Diadema/SP	3 horas	130	VIDREIROS / Wheaton - S. Bernardo/SP	2 dias	1.800
Reivindicam extensão do acordo com as montadoras automobilísticas.			Reivindicam aumento real de salário, estabilidade, Comissão de Fábrica e outras reivindicações.		
METALÚRGICOS / Atlas Copco - Diadema/SP	5 horas	400	CERAMISTAS / Cerâmica Cordeiro - Porto Alegre/RS	3 dias	450
Reivindicam extensão do acordo com as montadoras, estabilidade por um ano, comissão de fábrica e melhoria na alimentação.			Atraso no pagamento de salários.		
METALÚRGICOS / Filtrós Fram - S. Bernardo/SP	1 dia	900	CONSTRUÇÃO CIVIL / Colerazil - Itajaí/SC	4 dias	140
Reivindicam extensão do acordo com as montadoras e estabilidade no emprego.			Atraso de três meses no pagamento do salário.		
METALÚRGICOS / Artech - S. Bernardo/SP	2 dias	900	VIGILANTES / Serviço Especial de Guarda - Brasília/DF	12/4 (*)	96
Reivindicam 83,3% de reajuste salarial.			Descumprimento do acordo coletivo de trabalho.		
METALÚRGICOS / Equipamentos Villares e			MOTORISTAS / Expresso São Bernardo - S. Bernardo/SP	5 horas	80
			Protesto contra a falta de segurança no trabalho.		
			MOTORISTAS / Viação Manchester - Sorocaba/SP	Pelo menos 2 dias	450
			Reivindicam piso salarial, fornecimento de uniformes, troca de funcionários para almoço e outros.		
			MOTORISTAS / Itapoan Transportes - Salvador/BA	11/4 a (*)	500
			Irregularidades no pagamento dos salários e outros.		
			CARRETEIROS - S. Ber-		

## As greves de maio

CATEGORIA	DURAÇÃO	GREVISTAS	CATEGORIA	DURAÇÃO	GREVISTAS
BÓIAS-FRIAS/Usinas de Açúcar - Guariba/SP	3 dias	9.000	Reivindicam extensão do acordo de Guariba		
Reivindicam a volta do sistema de produção por ruas, aumento do preço do corte de cana, recibo de produção, equipamentos gratuitos, assistência médica, pagamento dos dias parados por doença ou devido ao clima. Surgem depressões e uma pessoa morre.			BÓIAS-FRIAS/Usinas de Açúcar - Guariba/SP	2 dias	5.000
CARRETEIROS - Cuba-tão/SP	3 horas	300	Reivindicam extensão do acordo de Guariba		
Reivindicam 40% de aumento no preço do frete.			BÓIAS-FRIAS/Usinas de Açúcar - Iguapava/SP	1 dia	(*)
PROFESSORES / Rede Estadual 1º e 2º graus - S. Paulo/SP	14 dias	180.000	Reivindicam a extensão do acordo Guariba		
Reivindicam reajuste salarial de 70%, reajuste semestral, e outras vantagens retiradas em outro governo, além de eleições diretas para delegado de ensino e diretor de Divisão Regional.			BÓIAS-FRIAS/Usinas de açúcar - Uberaba/MG	1 dia	3.500
PROFESSORES / Rede Estadual e Funcionários Públicos - Minas Gerais	15 dias	135.000	Reivindicam extensão do acordo de Guariba		
Reivindicam 100% de reajuste salarial, 13º salário, jornada de seis horas sem redução de salário e outras.			BÓIAS-FRIAS/Usina Capivara - Pirangi/SP	1 dia	(*)
PROFESSORES / Rede estadual - Mato Grosso do Sul	26 dias	5.000	Reivindicam extensão do acordo de Guariba		
Aumento salarial e piso-fixado de 3 salários mínimos.			BÓIAS-FRIAS/Usinas de açúcar - Jau/SP	1 hora	5.000
PROFESSORES / Rede municipal - São Lourenço da Mata/PE	20 dias	300	Reivindicam extensão do acordo de Guariba		
Aumento salarial (não recebem aumento desde novembro de 82).			BÓIAS-FRIAS/Usinas de açúcar - Limeira e Iracemópolis/SP	1 dia	1.000
PROFESSORES / Rede municipal - Nova Iguaçu/RJ	4 dias	3.200	Reivindicam extensão do acordo de Guariba		
Reivindicam piso salarial de 2 salários mínimos, reajuste semestral, eleição direta para diretores de escola, entre outros.			BÓIAS-FRIAS/Usinas de laranja p/indústrias de suco - Bebedouro e Barretos/SP	4 dias	12.000
PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS/UNESP - São Paulo	1 dia	15.000	Reivindicam aumento no preço da caixa de laranja colhida, eliminação de intermediação e outros.		
Protesto contra a indefinição do governo em relação à nomeação do reitor.			BÓIAS-FRIAS/Usinas de açúcar - Barra/São Joaquim da Barra/SP	1 dia	2.000
PROFESSORES DA SAÚDE - Rio de Janeiro	24/48 horas	24.000	Reivindicam extensão do acordo de Guariba		
Reivindicam reajuste salarial retroativo a 1º de janeiro, melhorias nas condições de trabalho, efetivação dos "celetistas", entre outras.			METALÚRGICOS / Barbarrá - Barra Mansa/RJ	2 dias	1.200
ENFERMEIROS E MANUTENÇÃO / Hospital da Cruz Vermelha - São Paulo/SP	(*)	260	Reivindicam readmissão de 10 demitidos, estabilidade por 1 ano.		
Atrasos de três meses no pagamento de salários.			METALÚRGICOS / Borg Warner - Diadema/SP	1 dia	1.400
Reivindicam complementação salarial, e elevação do piso salarial.			Reivindicam antecipação trimestral de 20%, estabilidade de seis meses, comissão de fábrica, equiparação salarial entre homens e mulheres, fim das horas extras.		
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS/USP - S. Paulo, Ribeirão Preto e São Carlos	cerca de 45 dias (*)	8.000	METALÚRGICOS / No-Hamburgo/RS	2 dias	3.000
Reivindicam complementação salarial, e elevação do piso salarial.			Reajuste salarial de 100% INPC mais um adicional de 20%		
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS / Unicamp/SP - Campinas/SP	cerca de 45 dias (*)	4.000	METALÚRGICOS / Villares - Pindamonhangaba/SP	16 horas	1.600
Reivindicam complementação salarial, e outros.			Reivindicam abono de emergência superior ao fixado no acordo dos metalúrgicos do Interior com a FIESP, abono de 100% em julho e janeiro, adicional e insalubridade, estabilidade no emprego.		
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS/Prefeitura Maringá/PR	(*)	300			
Aumento de salários.					

veios só pode ser garantido pela formação de uma efetiva direção para o processo. E aqui está o papel chave que a CUT tem a cumprir.

A CUT tem influência e força política suficiente para assumir a responsabilidade de impulsionar a preparação da greve geral a tal ponto que force as forças do CONCLAT a não ter como recusá-la.

As debilidades reais da construção da CUT não podem servir de argumento contra a sua capacidade de ter uma postura mais ofensiva na preparação da greve geral: a própria construção da CUT não pode ser vista como um processo a parte das mobilizações reais dos trabalhadores. Afinal, não será a incapacidade da CUT em articular, desde a sua fundação, o avanço do movimento uma das maiores causas da estagnação de seu crescimento? A CUT foi em muito filha da greve do dia 21 de junho. O impasse no crescimento da mobilização operária limitou o crescimento da CUT.

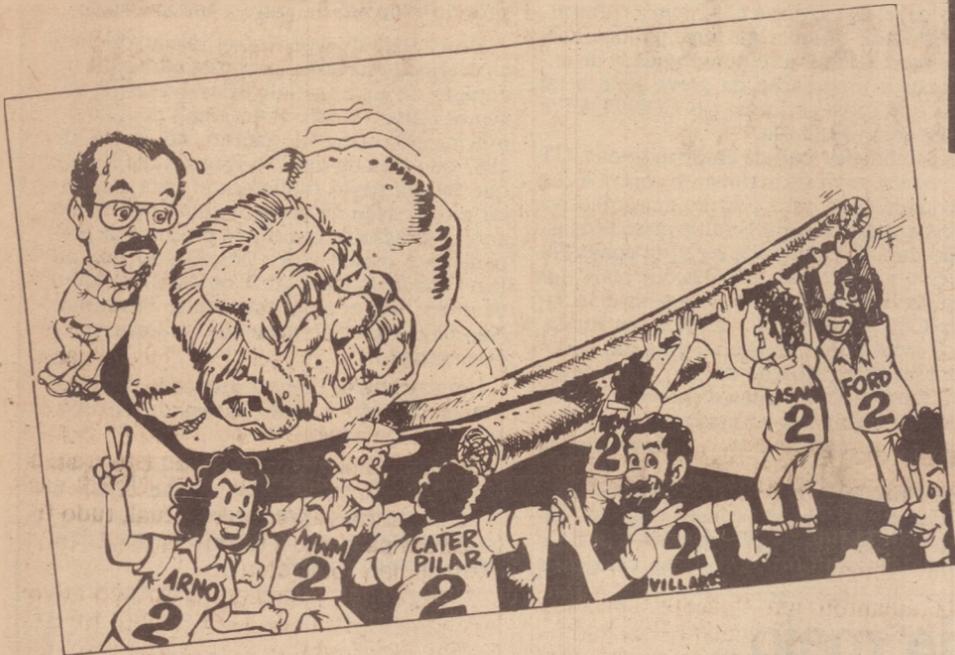
Por outro lado, não podemos ter ilusões: a greve geral terá seu peso concentrado nos pólos de maior concentração operária do país, e mesmo nestes centros, em suas categorias

mais mobilizadas. E será esta mobilização que despertará outras à luta, ampliando no próprio processo da greve a sua dimensão.

Hoje, além de desenvolver iniciativas com a paralisação nacional proposta para o dia da votação da nova emenda pelas diretas-já, devemos tomar iniciativas regionais como a do movimento operário gaúcho no início de 1983 que marcou um Dia Estadual de Luta e que foi um passo fundamental para esquentar a realização da greve de julho do mesmo ano. A criação de um amplo processo de preparação e organização, possibilitou que no Rio Grande do Sul a greve do dia 21 de julho de 1983 tivesse uma importante dimensão. Não há porque não aproveitar e desenvolver esse exemplo.

Um calendário que oriente nacionalmente esta preparação é vital. Os passos não têm que ser planejados.

O que se conclui da análise e observação do quadro da mobilização popular hoje é a perspectiva de sua continuidade. Novas e talvez mais explosivas mobilizações virão. É a resposta possível à crise.



Em uma conversa com vários membros da chapa 2, **EM TEMPO** pôde fazer um balanço sobre as possibilidades da chapa 2 nesta eleição. Este balanço é feito a partir das opiniões dos membros da chapa.

### Quem está na ofensiva é a chapa 2

O que foi considerado como o principal fator que favorece a chapa 2 é o fato de a ofensiva estar com a oposição. Ao contrário do que aconteceu em 1981 quando a oposição perdeu um bom tempo de sua campanha respondendo a questões colocadas pela chapa de Joaquinção, agora quem tem saído para dar explicações é a chapa de Joaquinção. Como pode ser visto no box abaixo, um boletim de baixíssimo nível político teve de ser publicado pela turma de Joaquinção unicamente para responder à oposição. Esta ofensiva política da oposição tem criado um clima favorável à chapa 2.

### Os votos de Aurélio Perez não vão para Joaquinção

A Chapa 2 tem levantado a importância da chapa ser única, apontando que isto anima a categoria, criando uma polarização política correta. É o que já declararam ao jornal vários participantes da chapa ouvidos em nossas edições anteriores. Mas ficava no ar uma pergunta: a participação do pessoal ligado ao Aurélio Perez na chapa do Joaquinção não leva mais votos para a chapa 1, enfraquecendo a oposição?

A resposta dos membros da chapa 2 é que não. Primeiro porque o voto da antiga chapa 3 foi dado não ao Aurélio, mas contra o Joaquinção. E esses votos continuam contra Joaquinção. Ilustram esse fato com a dificuldade que o próprio Aurélio Perez tem tido em explicar a sua "guinada", relatando que ele chegou a ser vaiado na porta da Wapsa. Na verdade, o próprio Aurélio Perez em entrevista ao jornal **Tribuna Operária** reconhece que tem sido difícil explicar a sua mudança.

A existência de duas chapas tem facilitado o debate entre a categoria: a favor ou contra Joaquinção e o que ele representa, esta é a posição que os metalúrgicos são obrigados a tomar. E este debate mais claramente demarcado tem facilitado o trabalho da oposição, afirmam os candidatos da chapa 2.

### Clima político favorece a oposição

O profundo descontentamento com o regime militar, expresso na ampli-

tude das mobilizações pelas diretas-já é um ponto que contribui para a chapa 2. Este descontentamento pode ser canalizado para o trabalho da oposição.

A receptividade da categoria ao principal "slogan" da chapa 2 "Chega! 20 anos de ditadura, 20 anos de peleguismo!" demonstra isto.

Esta orientação política é que tem capacitado a oposição a estar na ofensiva, é que tem até mesmo despertado um certo desespero na turma de Joaquinção.

A partir desta vinculação (impossível de ser desmentida) entre Joaquinção e o regime militar é que a oposição tem em seus documentos de campanha discutido os problemas mais imediatos da categoria: Joaquinção é uma pedra, colocada pelos militares, contra organização e a luta dos metalúrgicos. Tem de ser tirada!

### Uma campanha melhor organizada

Outros pontos levantados pelos membros da chapa 2 diziam respeito a própria campanha. Este ano deverá haver uma maior votação da chapa 2 entre os aposentados: está havendo um trabalho entre eles e há receptividade em função da posição do Sindicato frente ao arrocho que terminou se abate sobre eles. Em comparação com 1981, dizem os membros da chapa 2, a campanha está agora melhor organizada.

### Mas as dificuldades não são menores

Uma prova concreta que o Joaquinção não democratizou o Sindicato é a sua postura durante as eleições. Toda a máquina do sindicato está sendo empregada nas eleições. O efeito disso é uma maior presença visual da chapa 1 por toda a cidade, com maior número de cartazes. Além disso, Joaquinção recusou a proposta da chapa 2 de uma condução democrática e imparcial do processo eleitoral ao não aceitar a formação de uma comissão paritária formada pelas chapas 1 e 2 para organizar as eleições. Recusou até mesmo a cessão de uma sala sede do sindicato para a chapa 2 e mais importante, não entregou as listas de associados.

Além da máquina do Sindicato integralmente voltada para garantir a eleição da chapa 1, há neste ano a máquina do PMDB que favorece a turma do Joaquinção. A presença de Orestes Quêrcia, Almino Afonso entre outros no lançamento da chapa de Joaquim atesta isso.

Há menos de um mês das eleições, os metalúrgicos da oposição em São Paulo, jogam tudo para vencer o pelego. Nenhum militante do PT pode recusar agora o seu apoio militante decidido à chapa 2.

## Vamos tirar a pedra do meio do caminho



A chapa 2: mantendo a ofensiva

### Joaquim no banco dos réus

A mensagem da oposição, demonstrando os serviços prestados por Joaquim à ditadura, de Castelo Branco a Figueiredo, teve grande repercussão nas fábricas.

As publicações da chapa 2 têm abordado as propostas para as lutas da categoria: a construção de um sindicato livre e democrático, a luta pela estabilidade no emprego e contra o desemprego, a mobilização contra o arrocho salarial, tem concretizado suas propostas. Mas não tem se limitado a isso. Têm abordado dois temas que tem incomodado a chapa 1.

O primeiro é a vinculação de Joaquinção com a ditadura militar. No primeiro boletim de campanha lançaram o slogan "Chega! 20 anos de ditadura e de peleguismo!". No segundo boletim é feita uma história da vida sindical de Joaquinção que sob o título "Quem garantiu o pelego?" mostra a caminhada de Joaquinção desde o tempo do Marechal Castelo Branco, quando o homem de confiança dos militares é nomeado interventor do sindicato até o último serviço prestado ao regime, já sob Figueiredo, quando aprova o 2065. Sob o título "Farinha do mesmo saco" é mostrada uma foto da visita do General Dilermano a Joaquinção. Ainda neste boletim da oposição é publicado um trecho do discurso de Lula no lançamento da chapa 2 afirmando que "Joaquim é igual a Figueiredo".

O segundo tema abordado pela chapa 2 é a diferença das conquistas dos metalúrgicos do ABC e a dos de São Paulo. A

proposta da chapa 2 é a de entrar para o time que luta: o de São Bernardo, Sorocaba, São José dos Campos, Santo André etc.

### Joaquim, Figueiredo, Delfim

A chapa 1 soltou um boletim tentando responder a oposição. Uma tentativa de colocar Joaquinção como um grande resistente a ditadura, na luta desde 1968 e que liderou a greve geral de 21 de junho... Fazendo um malabarismo estatístico tentam comprovar as conquistas maiores dos trabalhadores de São Paulo em relação a São Bernardo.

Mas o pior é o tom macartista e caluniador, lançando acusações infundadas a vários membros da chapa 2, ao desgastado estilo **Hora do Povo**.

No seu terceiro boletim de campanha a chapa 2 mantém a ofensiva e solta como manchete: "Governo militar rouba trabalhadores e Joaquim faz o jogo do Delfim". Faz-se uma análise das perdas com o decreto 2065 e é lançado um desafio: "Além da ASAMA, quem mais teve reajuste superior ao INPC" (a ASAMA é uma fábrica onde a luta foi organizada por uma Comissão de Fábrica que indicou um membro para participar da chapa 2). Vamos ver como a chapa 1, que diz ter "esfolado" o 2065, responderá este desafio.

### Na reta final, todo esforço é necessário

A conclusão dos membros da chapa 2 que participaram da conversa com **EM TEMPO** é a de que a eleição não está decidida. Há uma boa porcentagem da categoria ainda indecisa. As fábricas são em sua maioria favoráveis a

chapa 2. O fundamental do trabalho é ampliar a diferença a favor da oposição para contrabalançar com o resultado que haverá entre os aposentados.

Nenhum esforço pode ser poupado: é a disposição da chapa 2.

Toda a solidariedade é fundamental agora. A CUT e o PT têm de dar todo apoio necessário para, nesta reta final, garantir a derrota do pelego.

# Aonde leva o método da exclusão A desastrosa derrota do PT na UEE-São Paulo



*Impondo ao PT uma política de exclusão de setores da esquerda e de alianças com o PDT nas eleições para a UEE, a ala direita da articulação dos 113 organizou a derrota do partido no movimento estudantil em São Paulo. Agora é fazer o balanço e partir para a suspensão dos erros, organizando o I Encontro Nacional dos Estudantes Petistas.*

**E**ram grandes as esperanças de milhares de estudantes quando uma chapa impulsionada e composta por estudantes petistas derrotou no V Congresso da UEE-SP as correntes frente-populistas. No entanto, longe de corresponder a essas esperanças, a diretoria eleita se diviu, sem que essa divisão ficasse clara sequer aos olhos de quem a elegeu e, apesar dos esforços de oito de seus diretores, não conseguiu encaminhar as diversas lutas que ocorreram em sua gestão.

A principal responsabilidade por essa situação coube a uma parte dessa diretoria, formada pela ex-tendência Liberdade e Luta, pelo Coletivo dos Autonomistas de São Paulo e apoiada pelo grupo que se identifica com as posições políticas de José Dirceu, secretário geral do PT em São Paulo. A grosso modo, esses setores se constituem enquanto uma fração no interior dos estudantes petistas e conformam, no espectro das posições políticas que existem no interior do PT, a ala direita da Articulação dos 113. Durante toda a gestão, transpuseram de forma mecânica e despolitizada as lutas internas do PT para a diretoria da entidade, dividindo-a e paralisando-a frente ao movimento. Isso porque consideram sua própria fração como os "únicos que são verdadeiramente petistas" e não compreendem que sem um trabalho unitário do partido não só no interior de uma diretoria mas principalmente no seio do próprio movimento estudantil os petistas não conseguirão gestar uma política que ajude o movimento a ser vitorioso.

Realizado em meados de abril, ao final da gestão da chapa petista eleita no V Congresso e anteriormente à abertura do processo eleitoral da UEE-SP, o I Encontro Estadual de Estudantes Petistas poderia ter sido um palco para se iniciar a superação das divergências e se caminhar rumo a um trabalho unitário do partido no movimento estudantil. Mas nada disso aconteceu. No plano interno ao partido, coerentes com a pretensão de serem os "únicos petistas", a ala direita dos 113 se aproveitou do fato de estar em maioria no Encontro de São Paulo, desrespeitando os tradicionais critérios de proporcionalidade entre as chapas na instância de direção para dela excluir uma outra chapa que contava com 37% dos delegados presentes ao Encontro.

No plano externo ao partido, no tocante a sua atuação nas eleições da UEE-SP que então se aproximavam, essa fração impôs uma política que excluía os setores mais à esquerda do partido (os "grupelhos e iluminados") para compor uma cha-

pa de seus membros e independentes petistas numa aliança com militantes do PDT, membros das Comunidades de Base da Igreja e, de uma forma indireta, com setores dentre os apoiadores do jornal *Voz da Unidade*. Dessa política nasceu a chapa "Diretas Urgente para UNE, reitor e Presidente".

### Um processo antidemocrático...

Ninguém é contra que se busque uma chapa mais ampla que o próprio PT, aglutinando estudantes que embora filiados a outros partidos se revelem combativos, abertos à discussão e concordem com o programa dessa chapa. Muito menos que se busque puxar os setores mais radicalizados da Igreja para um trabalho conjunto na UEE-SP.

No entanto, isso é algo muito diferente do que foi feito. No interior da chapa havia militantes do PDT que concordam com a tese do mandato tampão e com a negociação das diretas já. Havia estudantes que por serem ligados à Igreja foram contra a invasão da reitoria da PUC-SP quando de uma luta contra os aumentos, chegando até a defendê-la contra os boicotes.

Com essa política de alianças sem princípios, o processo de formação da chapa teria que ser necessariamente o que foi. Apesar de muito falatório acerca de uma "nova prática" e de "representatividade das bases", o que se viu de fato foram brigas por cargos, intrigas pessoais e pouca participação real das bases do movimento.

Além disso, não houve discussão política alguma acerca do programa da chapa pois isso poderia tornar público a falta de princípios da política de alianças. Dessa forma, a redação do programa foi delegada a uma comissão, onde os conchavos foram tão longos que este só saiu a público uma semana antes das eleições, enquanto que a chapa foi apresentada um mês antes. E quando saiu, não disse a que veio, de tão diluído: a questão da greve geral, por exemplo, de extrema importância na atual conjuntura constava apenas enquanto "mais uma proposta a ser discutida".

Tanta falta de princípios não poderia deixar de vir a tona. E quando isso ocorreu, a base estudantil petista, que poderia facilmente dar a vitória à chapa e que a ala direita dos 113 julgava ser propriedade particular sua, simplesmente se recusou a fazer uma decidida campanha eleitoral. Contestando em maior ou menor grau a política de alianças, o processo de formação e o programa da chapa muitos fizeram uma campanha tímida ou até mesmo se recusaram a fazê-la. De na-

da adiantou um "pacote" baixado pela Comissão Executiva Estadual na última hora, ditando as regras para que todos se empenhassem na campanha. Em São Carlos, por exemplo, tanto o núcleo de estudantes da USP como o Diretório Municipal resolveram não apoiar chapa alguma, demonstrando que o PT não funciona por "pacotes" mas sim através da discussão e convencimento político.

Não conseguindo empolgar a base petista, "Diretas Urgente..." se viu fadada ao fracasso. Pressentindo isso e tentando ganhar tempo, a chapa propôs o adiamento das eleições, que foi recusado pela Comissão Eleitoral da entidade pelo evidente desgaste que a ela causaria. Ato contínuo, tentando esconder as reais causas do fracasso, lançou uma "denúncia" onde dizia que as bases não participariam da eleição devido ao seu não adiamento.

Apuradas as urnas, o fracasso se confirmou. "Diretas já", chapa ligada ao jornal *Tribuna Operária* foi eleita com 21.000 votos. "Diretas Urgente..." veio a seguir com 18.000 votos. "Diretas livres já", chapa impulsionada pelo ex-jornal *Alicerce*, novamente "Convergência Socialista", ficou em terceiro com 10.000. Em último ficou "Coração de Estudante", ligado ao jornal "Hora do Povo", com 7.500 votos.

Um conhecido aforismo diz que a vitória tem muitos pais, mas a derrota é orfã. No entanto, a paternidade dessa derrota, que no fundamental foi uma derrota do PT e do próprio movimento estudantil, tem que ser assumida por seus autores: José Dirceu, Coletivo Autonomista, "ex-Liberdade e Luta, além de outros que compõem a ala direita da Articulação dos 113.

A derrota do PT nas eleições da UEE-SP foi extremamente negativa para o movimento estudantil mas junto com ela veio a derrota de uma política que no interior do PT visa dividir a excluir ao invés de somar e unificar, que visa semear o preconceito e não a discussão das divergências.

Agora é necessário que o conjunto dos estudantes petistas faça o balanço dessa derrota do partido, para que erros semelhantes não mais se repitam. É necessário também que todos arregassem as mangas na construção dos núcleos e na realização de encontros estaduais ou regionais de estudantes petistas como forma de preparar o I Encontro Nacional dos Estudantes Petistas deliberado na plenária do PT ocorrida no último Congresso da UNE. Em particular, é preciso que no CONEB que deverá ocorrer nas férias de julho os petistas se reúnam, inclusive com a participação da Executiva Nacional.

## Espírito Santo Congresso reconstrói UEE

Por Artur Viana e Tadeu Bianconi

A luta pela reconstrução da União Estadual dos Estudantes do Espírito Santo vem se estendendo desde o ano de 1979, após a reconstrução da UNE e do DCE da Universidade Federal daquele estado. Além da dificuldade em conseguir uma razoável participação dos estudantes do interior do estado (onde impera o autoritarismo dos "patrões do ensino") as correntes reformistas do movimento o que estiveram à frente da gestão do DCE-UFES nas duas gestões anteriores à atual, tudo fizeram para que a reconstrução da entidade não fosse efetiva.

Este ano, refletindo o esforço ativo da atual gestão do DCE-UFES, foi enfim, realizado o XIV Congresso da União Estadual dos Estudantes. Nos dias 11, 12 e 13 de maio aproximadamente 70% dos delegados presentes e mais de 35 entidades do estado na abertura (sindicatos, associações, entidades estudantis) foi instalado o Congresso.

Ele aprovou um posicionamento sobre o atual momento político nacional e internacional, traçou as principais lutas a serem travadas e elaborou um novo estatuto e uma nova Carta de Princípios para a entidade. Foi firmado um compromisso "de lutar contra toda forma de exploração e de opressão, prestando solidariedade à luta dos trabalhadores do país e do mundo inteiro".

Finalmente, foi eleita por unanimidade uma Coordenação Provisória com o objetivo de encaminhar as deliberações do Congresso, reorganizar a entidade e preparar as eleições diretas para a diretoria definitiva em setembro deste ano.

### Plataforma de lutas

#### Conjuntura Nacional

- Eleições Diretas Já, retomada das mobilizações de rua, jornadas de protestos e construção da Greve Geral;
- Assembléia Nacional Constituinte precedida do fim da ditadura militar;
- Imediato rompimento com FMI;
- Reconhecimento da CUT e apoio às iniciativas unitárias do movimento sindical.

#### Lutas Educacionais

- Luta contra a implantação do ensino pago;
- Contra a portaria 62/84 e demais cortes de verbas;
- Democratização das universidades e escolas particulares;
- Luta contra os aumentos nas escolas particulares;
- Federalização das escolas públicas falidas;
- Subsídio para as escolas particulares com controle da comunidade universitária;

#### Internacional

- Apoio e solidariedade a luta de libertação de todos os povos da América Latina;
- Contra a intervenção imperialista na América Central e Nicarágua;
- Contra a repressão do governo polonês aos trabalhadores.

#### Patrimônio

- Luta pelo passe escolar em todo estado;
- Retomada do patrimônio da UEE/ES;
- Luta pela moradia estudantil.

\* Artur é o coordenador-geral da UEE-ES

# As ilusões já cedem lugar revolta

## Os impasses do governo Alfonsín

*De Buenos Aires, Marcelo Zugadi avalia os impasses do governo Alfonsín nos seus primeiros 150 dias de governo. Sem romper com o FMI e, portanto sem condições para encaminhar uma solução para a crise econômica, o governo Alfonsín viu*

*fracassar o seu plano de controle do movimento sindical, tendo que confrontar-se ainda com os reclames de justiça para os responsáveis pelo assassinato de 30 mil argentinos.*

*Assim, a assinatura de um acordo nacional*

*com o partido peronista, agora sob a presidência de Isabelita Perón, promovida nos últimos dias é uma tentativa de recompor uma base política para o governo, eleito por uma formidável avalanche de votos e hoje assediado por todos os lados. Uma tentativa frágil e que certamente não resolverá os impasses do governo Alfonsín.*

*Uma experiência importante*

*de ser conhecida pelos trabalhadores brasileiros, que demonstra com evidência os limites estreitos de um governo burguês após a crise profunda da ditadura militar.*



**C**inco meses depois de assumir seu cargo, o presidente Raul Alfonsín continua dirigindo-se ao país com promessas e invocações ao futuro, enquanto a realidade econômica se degrada vertiginosamente e o consenso logrado pelo governo constitucional escorre como água entre as mãos.

Alfonsín mostrou-se impotente para impor a mais mínima mudança no curso recessivo, inflacionário e especulativo da economia. A política de direitos humanos frustrou os que esperavam justiça, sem evitar por isso a irritação e o rancor dos militares. A intenção de dar um golpe de mão nas direções peronistas dos sindicatos culminou com um estrepitoso fracasso. A promessa não cumprida de ingresso irrestrito nas universidades desiludiu a juventude e provocou mobilizações de massas no estudantado. Em suma, o governo consumiu improdutivamente em apenas 150 dias o crédito que lhe havia outorgado o movimento operário.

Complementarmente, por não por limites à ansiedade democrática das massas, por certos gestos demagógicos que alimentam a desconfiança da grande burguesia e dos proprietários de terra, pelo vão e efêmero intento de indexar os salários e controlar os preços, Alfonsín já sofre os embates da direita que votou nele para evitar o triunfo peronista.

Vendo o fosso que se abre sob seus pés, Alfonsín propôs uma rodada de discussões com os partidos políticos com o objetivo de alcançar uma indefinida e obscura "unidade nacional". O clima em que espera o resultado destas conversações foi exposto pelo próprio presidente quando no dia 9 de abril advertiu o país de que a alternativa era "unidade nacional ou libanização".

### Alfonsín ea economia

A rápida deterioração de um governo que obteve 52% dos votos e assumiu com o consenso de 90% da população se explica pelo fracasso de seu plano econômico de emergência. A gravitação da dívida externa e a implacável pressão do capital financeiro internacional frustraram o propósito de negociar com os banqueiros internacionais a partir de posições de força e fizeram em pedaços a imagem de um Alfonsín firme, capaz de por limites à prepotência imperialista.

Uma inconfiabilidade oportuna permitiu revelar um telegrama secreto enviado por Raul Prebisch - representante pessoal de Alfonsín para a negociação da dívida externa - com o texto do compromisso contraído pelo governo argentino com o FMI: "reajustar a política de salários, preços, taxas de câmbio e taxas de juros e deixar sem efeito os aumentos retroativos de salários substituindo-os por incrementos proje-



O crédito das massas a Alfonsín já começa a escorrer de suas mãos

tados em função do cálculo da inflação futura".

Alfonsín tratou de resistir às imposições do FMI apelando para a boa vontade e o raciocínio político dos centros imperialistas. O resultado previsível se precipitou por três causas fundamentais:

1. A inflação de março chegou a 20,3%, somando 58,4% para o primeiro trimestre do ano (a dinâmica latente nestes algarismos é percebida quando se recorda que a inflação do primeiro trimestre de 1981 foi de 15,8%, em 1982 27,5% e de 45,8% em 1983). Estas cifras comprovaram que as expectativas favoráveis abertas pelo governo constitucional e a autoridade política com que iniciou Alfonsín seu mandato não bastam para por freio à corrida inflacionária.

2. O rotundo fracasso da estratégia alfonsinista em relação ao movimento operário, que aspirava a colocar na direção dos sindicatos homens "sensatos" e politicamente confiáveis que se encarregassem de garantir uma tregua social segundo o modelo do Pacto de la Moncloa, realizado entre o governo e os sindicatos na Espanha.

Frustrada esta possibilidade, resta apenas negociar politicamente com a antiga burocracia sindical peronista, comprovadamente incapaz de controlar o movimento operário e disposta, além disso, a usá-lo como elemento de pressão para ganhar espaço político e recompor o Partido Justicialista (o partido peronista).

3. A decisão do governo mexicano de encabeçar, por indicação de Washington, uma operação continental de pressão sobre o governo argentino para obrigá-lo a pagar os juros de sua dívida externa antes do fechamento do balanço dos bancos credores.

### "Desaparecidos" sem justiça

Porém, não foi só no terreno econô-

mico que o alfonsinismo mostrou seus limites. Se bem que o país gozou nestes quatro meses de amplas liberdades democráticas, praticamente não se deu nenhum passo para resolver o problema dos 30 mil desaparecidos e castigar aos responsáveis pela repressão. Este tema continua sendo o problema político mais candente.

O poder executivo se negou desde o primeiro momento a formar uma comissão parlamentar com participação dos familiares das vítimas e formou em troca uma comissão de notáveis, encabeçada pelo escritor Ernesto Sábato. Além dos duvidosos antecedentes de alguns dos integrantes da Comissão Nacional Pelo Desaparecimento de Pessoas (começando pelo próprio Sábato, um liberal anticomunista que legitimou a ditadura participando de um almoço com o general Videla pouco depois do golpe militar de 1976), o problema fundamental deste organismo é que está estritamente limitado ao recebimento, comprovação e compilação das denúncias. A investigação e sanção dos responsáveis fica por conta da... Justiça militar!

A comissão presidida por Sábato está canalizando uma quantidade impressionante de denúncias irrefutáveis, com dezenas de milhares de casos. Comprovou a existência de campos de concentração e extermínio em dependências militares e policiais. Não obstante, os acusados estão em liberdade e sem perspectivas de serem julgados.

Há uma dezena de generais detidos. Mas com exceção do general Ramón Camps, que se autoproclamou responsável pela tortura e assassinato de cinco mil pessoas, pondo o presidente na obrigação de ditar um decreto especial para detê-lo, os demais estão na prisão por razões alheias à repressão. Três deles, os que enfrentam maiores acusa-

ções, inclusive a possibilidade de serem condenados à morte, são acusados por terem ordenado a ocupação das ilhas Malvinas a 2 de abril de 1982, uma ação que gozou do apoio quase unânime do povo argentino.

### A manobra de Alfonsín

Alfonsín encarna a decisão da burguesia argentina de recompor as forças armadas fazendo recair em umas poucas cabeças a responsabilidade pela repressão. Porém, sobretudo responde a exigência do imperialismo que pretende depurar as forças armadas do perigoso exemplo da guerra das Malvinas. O apoio internacional ao alfonsinismo, que contribuiu em boa medida para sua vitória eleitoral, se fundava em que um setor importante do peronismo tinha uma aliança precisamente com a ala militar que agora está ameaçada.

Paradoxalmente, assim como o general Galtieri acreditou que pondo-se a serviço de Reagan para encabeçar a contra-revolução na América Central tinha carta branca para recuperar as Malvinas, Alfonsín se iludiu com a perspectiva de obter facilidades para o pagamento da dívida externa em troca da "desmalvinização" do país. Porém, a lealdade não é precisamente uma virtude imperialista.

A maneira de Alfonsín de identificar a violência repressiva com a guerra das Malvinas e sancionar exemplarmente aos chefes militares pelo que fizeram para ganhar o apoio das massas e não pelo que fizeram para aplastá-las e aniquilá-las, não obstante sua sutil elaboração, não conseguiu confundir aos amplos setores que reclamam justiça. Uma constante atividade encabeçada pelas mãos da Praça de Maio deu lugar a vários atos e mobilizações que culminaram em 24 de março com uma marcha de vinte mil pessoas reclamando o aparecimento com vida dos desaparecidos e o castigo dos culpados.

Mas além disso, o governo deve enfrentar a ira das Forças Armadas porque a ampla liberdade de expressão existente, hoje impossível de ser limitada, faz que os crimes militares se difundam diariamente pelos meios maciços de comunicação e estejam sendo julgados por quem, em termos políticos, realmente conta: a opinião pública. A evidência da impunidade por sua vez se transforma em descrédito e desgaste para o governo, que vê crescer o espectro da oposição à sua esquerda e à sua direita sem atinar em outra coisa senão repetir vazias invocações à unidade nacional.

### Correntes sindicais de oposição

Nas eleições de 30 de outubro de 1983, um segmento do movimento ope-

rário deixou seu tradicional apoio ao peronismo para votar em Alfonsín. Várias estimativas situam entre 12 e 20% do total de votos alfonsinistas a porcentagem correspondente aos trabalhadores. Poucos discutem em troca que foram os setores do proletariado industrial, com maior experiência sindical e desenvolvimento político, que deram o passo tomando distância do Partido Justicialista, que desde 1945 tinha contado com o apoio unânime dos trabalhadores. Alentado por isto e apoiando-se em dirigentes sindicais afastados por muito diversas razões do centro de liderança peronista, o governo se lançou em uma batalha frontal contra os sindicatos, sob o pretexto de combater o burocratismo no movimento operário.

A oportunidade para tentar este golpe de mão foi buscada em torno da reorganização sindical, inevitável depois de oito anos de intervenções militares nos sindicatos e proibição da vida gremial. E a forma que tomou foi uma lei sindical enviada pelo poder executivo ao parlamento nos primeiros dias do governo.

Além de convocar eleições supervisionadas pelo governo nos sindicatos, a nova lei teria acabado com a existência do sindicato único por ramo de produção e de uma confederação sindical única a nível nacional.

Enquanto isso, as tendências que atuam no movimento operário se alinharam em diversas correntes com o objetivo de encarar a reorganização sindical. As duas frações da Confederação Geral do Trabalho (CGT) se unificaram deixando fora um setor reduzido do aparelho sindical, que preferiu se abrigar à proteção do governo.

Um pequeno núcleo de antigos burocratas deslocados do centro de decisões peronista e repudiado por suas bases se organizou na Assembléia Gremial Argentina (AGA). Os escassos filiados ao partido de Alfonsín se reuniram no Movimento Nacional de Renovação Sindical (MNRS), de cujas fileiras saiu o primeiro ministro do trabalho, Antônio Mucci, operário gráfico (já substituído por um homem do aparelho político contrário à liderança de Alfonsín em seu partido).

Os setores do peronismo de esquerda formaram o Plenário Sindical Nacional (PSN). Finalmente, dois dirigentes sindicais de peso, o metalúrgico Alberto Piccinini e o telefônico Julio Guillán, com a participação do Partido Comunista e de vários grupos de esquerda, lançaram o Encontro Nacional dos Trabalhadores (ENTRA).

De fato, a única corrente com peso real no movimento operário é o ENTRA. Apesar de sua composição heterogênea e da ambiguidade de alguns de seus dirigentes, que não ocultam sua opinião de que é possível lutar contra a burocracia sindical apoiando-se no governo, o certo é que o ENTRA congregou um número significativo de ativistas e dirigentes de base, que viram nesta corrente o ponto de referência que não lhes oferecem nem o peronismo nem os partidos de esquerda. Para isto contribuiu em boa medida a presença de Piccinini, um homem identificado com as lutas da corrente genericamente definida como "classista" durante o período que culminou em 1976. Mas o elemento decisivo é que a confluência de um peronista combativo como Guillán, do Partido Comunista e outros grupos menores da esquerda, dão ao ENTRA um caráter pluralista e impõem em seu funcionamento uma prática democrática que é o que mais atrai os jovens ativistas operários.

Em 14 de abril, o ENTRA de Buenos Aires e arredores realizou um ato para aprovar um programa que tinha sido discutido democraticamente durante duas semanas por três comissões espe-

ciais. Participaram mais de 600 delegados de base e em torno de 5 mil aderentes. O PSN não conseguiu reunir mais de 300 pessoas em um ato, enquanto o AGA e o MNRS nem tentaram mostrar suas forças. Não obstante, os quatro agrupamentos se congregam em uma Mesa de Enlace Sindical que busca ser a contrapartida da CGT e, na batalha entre esta e o governo, aparece do lado oficialista.

### Fracassa a lei sindical

Colocada no Parlamento a batalha pela lei sindical, ficou evidente que a burguesia não conseguia unificar-se em torno do plano alfonsinista. A CGT organizou uma concentração em frente ao Congresso para pressionar os deputados. Levou umas dez mil pessoas, reunidas no aparato sindical e setores marginalizados, o que ressaltava a ausência do movimento operário real. Pouco depois, o governo promoveu sua própria manifestação frente ao Parlamento e dobrou o número dos assistentes da marcha da CGT. Mas também ali estava ausente o movimento operário, substituído por empregados do Estado, estudantes alfonsinistas e elegantes senhoras que gritavam ferozmente contra a burocracia sindical.

O significado desta manifestação foi, sem dúvida, que contou com o apoio do AGA e do PSN. Um setor do ENTRA tratou de somar-se ao ato pró-governamental; porém, a reação dos representantes de base na plenária que discutiu o tema provou que era impossível levar os ativistas representativos e combativos por este caminho.

Apesar da debilidade mostrada pela liderança da CGT, a burguesia levou devidamente em conta que a manobra alfonsinista não dava perspectivas certas de afivelar o movimento operário com uma nova burocracia e trabalhou com consequência: o Senado rechaçou o projeto de lei sindical que já tinha sido aprovado pela Câmara baixa. Enquanto isto, ocorria uma onda de greves e mobilizações reivindicando aumentos salariais mostrando o fôlego curto das expectativas abertas na população pelo governo de Alfonsín.



As mães da Praça de Maio: vinte mil nas ruas exigindo justiça

O clima político criado pelas reivindicações operárias contribuiu significativamente para o descontrole inflacionário dos últimos quatro meses. Em uma luta encarniçada pela repartição da renda nacional, a burguesia tratou de recuperar, remarcando preços, o que os trabalhadores arrancaram com suas lutas. A burocracia sindical usufruiu demagogicamente deste movimento espontâneo (e expressamente anti-burocrático) das bases.

O governo ficou sob um fogo cruza-

do. E ainda teve de suportar a pressão daqueles que na América Latina deveriam ser seus aliados na negociação de melhores condições com os banqueiros internacionais (sobretudo os governos do México e do Brasil temeram que suas oposições internas tomassem o exemplo de uma Argentina que resistia a aceitar as condições do FMI para negociar sua dívida externa).

Fracassado seu intento de gerar uma nova burocracia sindical, Alfonsín mudou de tática. No lugar de atacar o peronismo lhe propõe a "unidade nacional". Este fracasso, bem entendido, não liquida o espaço político do governo. Em primeiro lugar, trata-se de um fiasco do alfonsinismo, a corrente "de esquerda" da União Cívica Radical, com o consequente fortalecimento do setor mais direitista, que desde 1968 procura uma aliança estratégica com o Partido Justicialista. E em segundo lugar o peronismo, que praticamente monopoliza a oposição, está ameaçado de saltar em pedaços se adota uma posição definida, qualquer que seja ela.

A tática da "unidade nacional" é proposta por Alfonsín com o objetivo de consolidar uma frente capaz de impor um plano que pode resumir-se em quatro pontos:

1- Completar a depuração das forças armadas, escolhendo algumas cabeças como bodes expiatórios, e por fim assim ao estado de julgamento permanente a que estão submetidos os militares;

2- Aplicar as medidas impostas pelo FMI para tratar de controlar a crise econômica, agudizando a confrontação com o movimento operário;

3- Na política exterior negociar rapidamente um acordo com o Chile na base do laudo papal para resolver o conflito limítrofe de Beagle; pôr fim ao estado de beligerância com a Grã-Bretanha e reiniciar as negociações afastando o fantasma de uma nova guerra; mudar na prática a integração da Argentina ao Movimento dos Países Não Alinhados por uma aproximação com os Estados Unidos. (Depois de entrevistar-se com Henry Kissinger, George Bush e George Shultz, o chanceler Dante Caputo declarou que seu governo está disposto a colaborar com um

duvidoso, porém pode-se afirmar que a médio prazo é impensável a estabilidade de uma frente dos partidos burgueses. A crise do peronismo, ao mesmo tempo em que amplia a margem de manobra do governo, reduz drasticamente suas possibilidades de levar adiante com coerência um ataque contra as massas.

Por trás do diálogo com o governo, para o peronismo está a luta pelo controle partidário. Cinco dias antes do início da rodada de negociações o Partido Justicialista teve de pedir um adiamento por duas semanas, porque não sabia quem presidiria sua delegação: a ex-presidente Isabel Perón, inclinada para o setor "político" do partido, ou Lorenzo Miguel, como expressão da burocracia sindical. Mas por trás desta disputa interna está por sua vez a luta de classes, que retumba violentamente no interior do partido com a burocracia como fio condutor.

As celebrações do 1º de maio ofereceram, como um espelho redutor, uma imagem nítida do curso que toma o reacomodamento global das forças sociais, sindicais e políticas.

A Mesa de Enlace Sindical, com o apoio do governo e tendo como oradores Julio Guillán, do ENTRA e o peronista de esquerda Andrés Framini, congregou duas mil pessoas.

O ato da CGT reuniu 30 mil pessoas. O ENTRA praticamente se dividiu diante desta alternativa, porque enquanto Guillán convocou seu ato, o PC e um setor classista nucleado na Frente de Bases Sindicais apoiaram o ato da CGT. Vários grupos de origem maoista foram a ambas concentrações, enquanto o Movimento ao Socialismo e o Partido Obrero — que se mantém fora do ENTRA — não foram a nenhuma das duas e realizaram pequenos atos próprios.

A burocracia sindical conseguiu evitar o golpe de mão alfonsinista, provocou a renúncia do ministro do trabalho e se apresenta agora como o único interlocutor válido para o governo no movimento sindical. Isto supõe um fortalecimento relativo da direção sindical peronista, em comparação com a situação que enfrentava no início do ano. Mas para conseguir este fortalecimento relativo foi necessário montar um processo de mobilizações do qual lhe será muito difícil apagar-se.

A agitação sindical tenderá a acentuar-se nos próximos meses, impulsionada pela deterioração do salário e pela reorganização dos sindicatos, nos quais haverá eleições para renovar suas direções em um prazo aproximado de noventa dias. Estas eleições estão, precedidas e condicionadas por um vigoroso processo de reorganização dos tradicionais organismos fabris do movimento operário argentino: os corpos de delegados e as comissões internas. Este processo está encabeçado por ativistas anti-burocráticos e em geral politicamente independentes, que já lograram vitórias retumbantes em lugares chaves como o complexo siderúrgico de Villa Constitución, um importante centro metalúrgico em Campanha (ambos na província de Buenos Aires).

A esquerda que não se comprometeu com o governo na luta anti-burocrática tem uma ampla margem de ação para convergir nestas eleições com milhares de novos ativistas em todo o país. Para enfrentar esta ameaça a burocracia peronista deverá cuidar-se muito bem e por limites na sua vontade de negociar com o governo em detrimento das reivindicações operárias.

Assim, o diálogo político que pretende fazer Alfonsín não garante uma frente sólida dos partidos burgueses, não resolve e pelo contrário agrava a crise do Partido Justicialista e não fecha a perspectiva de um auge renovado da luta sindical.

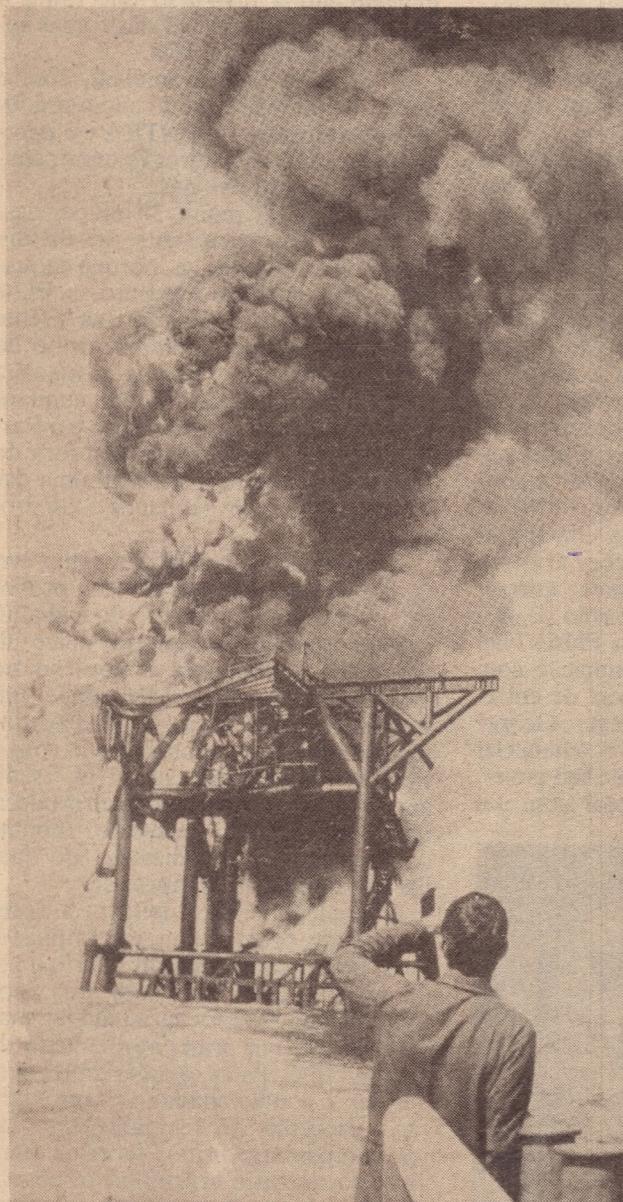
"mecanismo que nos permita harmonizar nossos pontos de vista sobre a interdependência entre segurança, desenvolvimento e democracia". Sublinhou que a "segurança" na América Central era a base sobre a qual deviam encaminhar-se as negociações de paz e não intervenção).

4- Restringir, lenta e cuidadosamente, porém de modo inexorável, os amplos espaços democráticos que hoje gozam as massas.

Os resultados destas negociações é

A partir de maio, a guerra do Golfo Pérsico tomou outra dimensão: tanto o Iraque quanto o Irã procuram estrangular a economia do outro, face ao impasse no terreno militar. Generalizam-se os ataques indiscriminados aos navios transportadores de petróleo, a principal riqueza da região.

Nesta guerra, que já provocou a morte de 250 mil pessoas e um prejuízo material da ordem de 400 bilhões de dólares, os Estados Unidos esperam ser o principal vencedor: pela via da exaustão de ambos os países, pretende recuperar a liderança na região, depois da queda do Xá com a revolução iraniana.



Nova etapa na guerra: o alvo é o petróleo.

## Quem alimenta a guerra

Dados do SIPRI  
(Stockholm International Peace Research Institute)

País	Iraque	Irã
Estados Unidos	x	x
União Soviética	x	x
China	x	x
França	x	x
Itália	x	x
Inglaterra	x	x
Alemanha Oriental	x	x
Suíça	x	x
Egito	x	
Israel		x
Jordânia	x	
Arábia Saudita	x	
Síria		x
Coreia do Norte C	x	x
Coreia do Sul C		x
Libia		x
África do Sul		x
Argentina		x
Brasil	x	x

Observações do SIPRI: Os Estados Unidos tem feito vendas indiretas ao Irã através de Israel. A União Soviética faz o mesmo através da Libia, Coreia do Norte, Síria e países da Europa do Leste.

## A guerra Irã-Iraque

# O jogo perigoso do imperialismo

Henry Kissinger, o ex-secretário de Estado e atual assessor do governo Reagan, definiu a estratégia dos Estados Unidos no Golfo Pérsico assim: "o interesse do nosso país é que sejam derrotados tanto o Irã quanto o Iraque".

A idéia fica mais clara se analisar-se o caráter desses países. O Iraque tem sido um aliado tradicional da União Soviética. O Partido Comunista desse país árabe tem participado inclusive em tempos recentes como minoria no governo. O Irã, que nos tempos do Xá era o maior aliado dos Estados Unidos na região, após a revolução de 1979, tornou-se um grande fator de desestabilização da hegemonia internacional do imperialismo.

Apesar da revolução iraniana ter se desviado dos seus passos iniciais, percorrendo o caminho de um autoritarismo islâmico retrógrado, exerce uma grande atração em seus países vizinhos pondo em risco todo o equilíbrio de forças na área. Daí também que um dos motivos da guerra Irã-Iraque tenha sido o chamado dos religiosos iranianos para que seus pares do Iraque iniciem um processo revolucionário similar e derrubem o governo do seu país.

É neste contexto que é possível entender a posição assumida pelo governo norte-americano e pela imprensa que repercute os interesses imperialistas. O *New York Times* dizia em fins de maio: "Como afirma a hábil frase de Henri Kissinger, o interesse em última instância dos Estados Unidos é que na guerra Irã-Iraque ambas partes percam. O objetivo é que a mútua exaustão libere o Oriente Médio dos agressivos regimes do Ayatollah Khomeini e Saddam Hussein, deixando ainda essas nações inteiras para uma superpotência ocupar o vácuo".

Também o *Financial Times* de Londres expressava essa visão estratégica: Os interesses do Ocidente (no golfo) são ou o cessar-fogo ou o impasse. A vitória do Irã quebraria a estabilidade do mundo árabe. A vitória do Iraque transformaria o Irã num campo de batalha entre as superpotências".

## Uma nova fase da guerra

Aliás, os Estados Unidos esperam ainda mais um resultado da guerra: o fortalecimento da sua presença militar na zona. O perigo de uma extensão da área de confronto inclusive a outros países está sendo usado para oferecer assistência militar e proteção. O primeiro país que aceitou a proposta norte-americana foi a Arábia Saudita. Nos últimos dias de maio, os Estados Unidos entregaram a esse país quatrocentos mísseis portáteis antiaéreos e aviões tanques para reabastecimento aéreo de caças F-15. Além disso, os Estados Unidos já enviaram porta-aviões e barcos de guerra para o Golfo.

Além disso, desde maio o perigo da extensão da guerra a outros países é bem real. No início do ano, o Irã conquistou a península iraquiana do Majnun, que contém enormes reservas de petróleo. Impossibilitado de revidar a ofensiva iraniana, o Iraque tentou outra estratégia: mudar o teatro da batalha. Para isso, passou a atacar pontos estratégicos da economia do Irã, notadamente os portos petrolíferos no Golfo e os navios que transportam petróleo. Porém, os ataques têm sido indiscriminados, atingindo navios de diversas nações. O Irã tem revidado com tática semelhante.

As razões para tal mudança na estratégia militar estão na própria exaustão do Iraque, que começou a guerra em setembro de 1980, e no seu percurso de já quase quatro anos, esgotou grande parte das suas reservas econômicas originárias da exportação do petróleo.

Atualmente, o Iraque está gastando diariamente mais de dez milhões de dólares na guerra. O orçamento do país estava sustentado ao começar o confronto num balanço comercial favorável. Agora, porém, a situação mudou radicalmente. Antes da guerra o comércio exterior do Iraque tinha um saldo positivo de mais de doze bilhões de dólares; em 1983 a ba-

lança comercial fechou com um deficit de dez bilhões de dólares. Isso se explica pela queda dramática das exportações, enquanto que a guerra requer do país um esforço inaudito: em 1983, as vendas do país ao exterior caíram para sete bilhões de dólares; no ano anterior as exportações tinham sido de 26 bilhões de dólares. A guerra está bloqueando a economia do Iraque.

## O revide iraniano

Enquanto isso, o Irã vinha se mantendo graças ao petróleo. No presente, o país guarda reservas monetárias de treze bilhões de dólares e suas vendas de petróleo no ano passado foram superiores aos vinte bilhões de dólares.

A estratégia do Iraque visa mudar essa situação. Tenta afogar a economia iraniana tanto quanto se acha afogada a sua própria. O alvo estratégico escolhido é a ilha Kang, grande terminal petrolífero do Irã: através dessa ilha escoam 90% de todas as exportações de petróleo iraniano.

Os resultados dessas ações foram imediatos: atualmente o Irã teve que reduzir suas exportações a 800 mil barris por dia, enquanto no início do ano eram de 1,6 milhão de barris diários.

Porém, o ataque aos portos iranianos e a navios petrolíferos não é um fato novo. O novo é a envergadura atual e a decisão do Irã de revidá-los.

## O civismo do imperialismo

A chamada "comunidade internacional" tem tido uma atitude cínica nesta questão. Enquanto reconhece a "legitimidade" dos ataques do Iraque (já que esse país determinou que a ilha Kang é "zona de exclusão") tem-se condenado nos foruns internacionais os ataques do Irã por serem "indiscriminados". Mas a estratégia de ambos os países é igualmente indiscriminada e chegou a um ponto máximo no caso do Iraque: atacou navios da Arábia Saudita, um país que é seu aliado no confronto.

Por outro lado, enquanto sucedem-se os repúdios à guerra, continua a venda de armas aos dois países. Um levantamento feito por um instituto sueco especializado (ver box) mostra que pelo menos dez países vendem armas tanto ao Iraque quanto ao Irã (entre eles: Estados Unidos, União Soviética, China, Brasil). Essa lucrativa ambiguidade se relaciona também com o desejo das superpotências — sobretudo — e seus aliados de não perder oportunidades de alianças nas conjunturas que avizinham-se: face ao esgotamento dos seus recursos, ambos os países estarão abertos a fazer concessões em troca de apoio externo.

Mas se o interesse estratégico do imperialismo norte-americano faz com que esse país assista com agrado à continuidade do confronto, esta também envolve graves problemas para o Ocidente. O Golfo fornece mais de 20% do consumo de petróleo ocidental. A extensão da guerra fez, assim, com que a especulação internacional se reavivasse, puxando o preço do petróleo para cima.

Agravando o problema, nos últimos dias o Irã declarou que o estreito de Ormuz, a única saída marítima do Golfo, seria submetido a seu controle para evitar o fornecimento de armas ao Iraque por essa via. Simultaneamente, o governo iraniano declarou que passarão a ser considerados inimigos também os que apóiam o Iraque. Essas ameaças favoreceram visivelmente a proposta dos Estados Unidos de aumentar sua presença militar no Golfo (agora possivelmente sob pretexto de um "pedido" de alguns países da região) para garantir a livre navegação.

Os perigos de que a continuidade e a expansão da guerra desestabilizem todo o Golfo, agravando os conflitos sociais latentes na região, aprofundando inclusive a revolução iraniana, assim como envolvendo novos interesses militares estratégicos no confronto, são consequências possíveis e que fogem aos cálculos dos Estados Unidos.

# Os braços fortes da solidariedade internacional

Na Nicarágua, assiste-se um dos mais belos atos da conduta revolucionária: a solidariedade internacional militante. Milhares de homens e mulheres têm ido para lá para participar dos trabalhos de reconstrução de um país arrasado por décadas de exploração até 1979 e, daí para cá, golpeado por contínuas agressões de mercenários pagos pelos Estados Unidos. Desde a revolução cubana não se assiste a um movimento tão amplo de solidariedade.

Desde dezembro de 1983 milhares de homens e mulheres dos mais diversos países uniram-se para ajudar na colheita de algodão e café da Nicarágua. Formaram para isso dezenas de Brigadas Internacionalistas. Em geral, foram para Nicarágua em seus períodos de férias e pagavam todos os seus gastos de viagem com as suas poupanças do ano. O salário decorrente do trabalho deles não lhes é entregue: é destinado ao financiamento de distintas atividades, tais como defesa, educação, assistência médica, de acordo com a vontade dos brigadistas.

De países tão diversos como a Alemanha Federal, a Turquia, a Dinamarca, a Suécia, o Brasil, os Estados Unidos, a Espanha, provêm os voluntários. E nem tudo é "cor de rosa" para eles: "Os grupos que encontram-se no norte, desde começo de dezembro, diariamente cortam café sob a chuva, tem que suportar pernilongos, bichos de todo tipo, e têm sofrido prolongadas diarreias e gripes", informava **Barricada**, o jornal da Frente Sandinista.

## Uma corrente humana contra Reagan

Uma das expressões de soli-



dariedade mais importante que recebeu a Nicarágua é a dos próprios cidadãos dos Estados Unidos, país que comanda a agressão à revolução sandinista. Inúmeras brigadas de norte-americanos têm chegado à Nicarágua para trabalhos voluntários. Isso exprime o repúdio do povo norte-americano à política do seu governo na América Central.

No começo do ano, centenas de norte-americanos que trabalham na Nicarágua uniram-se na fronteira do país com Honduras para formar uma corrente humana contra a agressão e desafiar Reagan: "se invadirem Nicarágua os primeiros a ser mortos serão cidadãos norte-americanos".

"Vim porque não posso

dormir tranquila enquanto o governo do meu país está utilizando o dinheiro que eu pago com impostos para tanta porcaria" afirmou Lucia Millerand, que em fevereiro formara parte da Brigada "Martin Luther King" trabalhando em colheita de algodão.

"Esta experiência é muito linda e a transmitiremos na nossa igreja, na vizinhança, para que todo o mundo saiba sobre a realidade da Nicarágua e entenda que a imprensa dos Estados Unidos só publica mentiras" disse Lee Fuller, uma enfermeira norte-americana de 59 anos.

Talvez o exemplo mais comovedor de solidariedade internacional tenha sido o que deu um ex-agente da CIA, John Stockwell, integrando uma brigada de voluntários na colheita de algodão, que também deu palestras para outros brigadistas e nicaraguenses sobre táticas da CIA contra os processos revolucionários latino-americanos.

Por outro lado, frequentemente os brigadistas sofrem ataques dos contra-revolucionários pagos pelos Estados Unidos. Um dos grupos que trabalhavam ao norte, integrado por mais de cem norte-americanos, foi bombardeado por aviões financiados por Reagan. "Todos nós tínhamos uma sensação indescritível



A solidariedade dos brigadistas na colheita

## A solidariedade brasileira

Alcançou um bom resultado a campanha de medicamentos a serem enviadas para a Nicarágua e que foi iniciada a partir do ato de solidariedade realizado no Anhembi, em São Paulo. Algumas toneladas de medicamentos, enviados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais e Brasília, já estão sendo empacotados e organizados para a remessa.

Por outro lado, em São Paulo está sendo organizada uma semana de atividades em preparação para o quinto aniversário da revolução nicaraguense. A semana, promovida por entidades e partidos políticos, contará com palestras, e exposições de cartazes, livros e fotos sobre a Nicarágua.

quando vimos que eram os nossos companheiros nicaraguenses que protegiam-nos das bombas e balas que disparavam-nos o nosso próprio governo" disse Celia Milano, norte-americana residente em Nova Iorque.

## O valor da solidariedade

São centenas também os jovens de outros países que têm participado das brigadas. Muitos vieram da Espanha. Maria Victoria Garcia é um deles. "Fomos destinados a uma Unidade de Produção na zona de Leon para a colheita de algodão. Levantávamos às 5:30 horas da manhã para começar a trabalhar das 6 até as 10. Pelo calor descansávamos até as 15:00 horas e daí continuávamos a trabalhar até a noite", conta ela.

"O dinheiro que cor-

respondia ao pagamento de nosso trabalho, nós geralmente destinávamos para o financiamento da defesa. Na fronteira, onde se dão os confrontos, quando chegam as armas, os comandantes sempre comentam que essas armas provêm do trabalho dos internacionalistas, e os milicianos dão 'vivas' e a alegria é geral", segundo disse Maria Victoria.

"Em outras zonas que visitamos, chegamos a participar de atividades militares, sobretudo à vigilância. Para todos os milicianos sandinistas e a população tinha um grande valor nossa presença. Para eles, significava um grande apoio moral porque a luta lhes impõe muitas vezes o isolamento em regiões afastadas e gostavam de saber que no mundo todo o povo preocupasse pelo destino da Nicarágua e apoiasse sua luta".

# Pelo reatamento das relações Brasil-Cuba



Alicia Alonso, primeira bailarina do Balé Nacional de Cuba

*Alicia Alonso, a grande bailarina do Balé Nacional de Cuba, foi a principal personagem do grande ato de solidariedade a Cuba promovido em São Paulo pela Associação Cultural José Martí.*

No dia 11 de junho foi realizada a festa de posse da nova diretoria da Associação Cultural José Martí, que busca maior intercâmbio e solidariedade entre os povos latino-americanos.

O tom principal da festa foi a campanha pelo reatamento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba. A nova diretoria tem como presidente Caio Prado e como vice-presidente Chico Buarque de Holanda.

A cerimônia foi presidida pela diretora, coreógrafa e primeira bailarina do Balé Nacional de Cuba, Alicia Alonso. Alicia Alonso, acompanhada por grande parte da companhia, fundou em 1958 o Balé Nacional de Cuba. "Em 1959, o governo de Fidel Castro quis investir na cultura e fomos ver os planos. Naquele mesmo ano, foi oficializado o balé como prioridade cultural nacional. A revolução trouxe a oportunidade para que eu desenvolvesse meu balé e a companhia".

Hoje são 125 bailarinos profissionais, 110 em formação, dezenas de outros nas treze escolas municipais, sete coreógrafos. Alicia negou haver preferência da companhia pelos temas clássicos. Como explica seu marido, Pedro Simon: "O Balé tem um movimento coreográfico amplo, obras do folclore, de vanguarda com instrumentos eletrônicos, obras com outras técnicas e conteúdos

mais diretamente sociais e políticos. Uma delas, que vai ser mostrada aqui, é **Flora**, tema nacional, sobre a pintura de René Portocarrero. E, depois, temas clássicos com tratamento moderno, como Hamlet".

Impedidos de entrar no Brasil há quatro anos atrás (foi negado o visto), o Balé Nacional de Cuba se apresenta no Teatro Municipal de São Paulo de 12 a 17 de junho.

Alicia Alonso fez também a entrega do troféu "Girasol" à atriz Regina Duarte, eleita a artista mais popular da televisão cubana em 1983. Regina Duarte agradeceu emocionada o calor e a amizade que recebeu do povo cubano: "a arte é imortal. Vinte anos de ruptura de nossas relações, por iniciativa do nosso governo que teve suas razões que não são nossas. Pelo reatamento das relações do Brasil com Cuba e um obrigado especial ao Comandante Fidel". (Inez Guerreiro).



## ABORTO

# Arquivado, o projeto, aberta a discussão

*O arquivamento pela Comissão de Justiça da Câmara Federal de dois projetos que ampliava os casos de aborto legal no Brasil precisa de uma resposta decidida do movimento de mulheres.*

*É hora de ocupar o espaço cada vez maior junto à opinião pública com a proposta feminina: pelo direito de escolha!*

Por Marília Carvalho

**A**penas três deputados, num total de dezoito membros da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal votaram a favor de dois projetos que ampliavam os casos de aborto legal no Brasil. Assim, foram arquivados o projeto da deputada Cristina Tavares e o do dep. Denisar Arneiro, ambos do PMDB. Entre os que votaram a favor, o dep. José Genoíno, do PT, que apresentara um parecer favorável.

O projeto arquivado, apresentado pela dep. Cristina Tavares, não estabelecia a legalização incondicional do aborto, a pedido da mulher, mas apenas ampliava os casos em que ele seria permitido. A legislação brasileira atual só prevê a não punição da prática do aborto em caso de risco para a vida da gestante ou se a gravidez resulta de estupro.

As ampliações propostas pelo projeto incluíam a possibilidade de aborto legal quando ele representasse ameaça à saúde física ou psíquica da gestante ou quando as condições sócio-econômicas não lhe permitissem garantir as necessidades elementares do filho, mais tarde. Um outro avanço importante era a garantia de que o aborto seria realizado nos hospitais do INPS, gratuitamente.

### O que querem as mulheres

Sem dúvida, este não era o projeto ideal. O aborto deve ser autorizado desde que a mulher o queira, seja por que razões for. Além disso, a deputada incluiu na sua proposta um item que fere diretamente o direito das mulheres de controlar seu próprio corpo: em alguns casos seria necessária a autorização do marido, se a gestante fosse casada. Para o movimento feminista, se não há acordo entre o casal, é sempre a opinião da mulher — cujo corpo está em questão — que deve prevalecer.

Uma outra falha do projeto era a não inclusão da garantia de orientação sobre sexualidade e contracepção e de acesso aos métodos contraceptivos à mulher que requer o aborto. Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, mostrou que 41% das mulheres faveladas da cidade não usam anti-concepcionais, apesar de 99% conhecerem a pílula, 91% entenderem o que é ligação tubária e 84% conhecerem o DIU. O que as mulheres desejam é que o abortamento não seja uma prática anticoncepcional, mas um último recurso, em caso de falha do

método utilizado ou problemas deste tipo.

Finalmente, o projeto da deputada Cristina Tavares abria a possibilidade de aborto legal em razão de enfermidade grave ou hereditária de um dos pais ou quando alguma moléstia, acidente ou intoxicação sofridos pela gestante pudessem comprovadamente afetar a saúde do feto.

Neste caso estaria incluída a recepcionista Marineide Lima Ferreira, de 22 anos, residente em Brasília, a quem a "Justiça" obrigou no dia 24 de maio último a ter um filho defeituoso. Marineide é portadora do mal de Hansen — lepra — tendo que tomar talidomina, um medicamento que provoca defeitos no feto se ingerido por grávidas. O médico de Marineide — que não tem dinheiro para fazer um aborto em clínica clandestina — encaminhou seu caso ao Conselho Regional de Medicina, que deu parecer favorável e passou a decisão à "Justiça". Mas o Juiz, com base estrita na legislação atual, considerou que "o aleijado também tem direito à vida." O filho de Marineide, que está desaparecida desde março, tem 70% de chance de nascer sem os braços ou as pernas.

### É hora de ir para as ruas

A coincidência entre a votação na Câmara, arquivando os projetos de liberalização e a divulgação deste caso só trouxe à luz, mais uma vez, a distância entre nossos "legisladores" e a realidade

de e a vontade da população. A indignação que tomou conta de boa parcela da opinião pública mostra que o aborto já não é um tabu como há alguns anos atrás. Como exemplos, o parecer do Conselho Regional de Medicina de Brasília e o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil, em São Paulo. A OAB promoveu debate sobre a questão ao final do qual foi elaborado um abaixo-assinado que repudia a decisão do caso Marineide e pede a descriminalização do aborto no país.

Tudo isto indica que os projetos foram arquivados, mas a questão não foi encerrada. Até hoje, o movimento de mulheres tem sido bastante tímido no enfrentamento desta questão no Brasil, principalmente quando se pensa em termos de mobilização e discussão amplas. É hora de sair para as ruas. É hora de calar todos os que pretendem falar em nome das mulheres, como a Igreja Católica que, além da Campanha da Fraternidade — centrada no "direito à vida" — parabenizou os deputados, ligando a liberação do aborto aos planos de esterilização forçada e distribuição de pílulas.

É hora de ampliar as discussões em todos os grupos de mulheres, nos bairros, nos sindicatos, no interior do PT, ligando o problema do aborto ao problema do planejamento familiar e da sexualidade. Não é mais possível falar em democracia, num país onde as mulheres não têm sequer o direito básico de controlar seus próprios corpos.

## As leis do aborto no mundo

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o aborto provocado só continua crescendo nos países dependentes, justamente aqueles onde se mantêm as condições de clandestinidade.

Em 1971, só 38% da população mundial viviam em países em que o aborto era legalizado; em 1976, essa proporção passou para 64% e em 1980, para 67%, isto é, dois terços de toda a população do mundo. A principal causa desta mudança tão rápida durante a década de 70 foi a pressão do próprio movimento de mulheres que colocou a liberação do aborto como uma de suas bandeiras principais.

Em 1981, o aborto legal, por simples requerimento da mulher existia em 27 países, entre os quais EUA, URSS, Itália, Japão, Dinamarca e China, totalizando 61% da população mundial. O aborto condicional, isto é, permitido em algumas cir-

cunstâncias, era legalizado em 36 países — ou 15% da população mundial — entre os quais Chile, Grécia, África do Sul e Brasil. Em 30 países — 11% da população mundial — como Espanha, Venezuela e Iraque, ele só era permitido em caso de perigo de vida para a mulher; e em 15 países, entre eles Irlanda, Colômbia, Bélgica, Filipinas e Egito, num total de 9% da população mundial, o aborto era proibido em qualquer circunstância.

Na Europa Ocidental, apenas Portugal, Espanha, Irlanda, Bélgica e Malta consideram o aborto provocado um crime em quase todas as circunstâncias. As batalhas mais duras ocorreram na França — a Lei Veil foi aprovada em 1974 e confirmada em 1979 — e na Itália, onde a lei aprovada em 1978 foi confirmada em 1981, apesar da forte oposição da Igreja Católica.

## A noite foi feita para dormir

No dia 5 de junho passado, as trabalhadoras e sindicalistas de todo o país foram surpreendidos por uma notícia na imprensa: liberado o trabalho noturno para as mulheres!

No dia anterior, 4 de junho, o General Figueiredo sancionara decreto de autoria do dep. Augusto Treim (PDS-RS), que modifica o artigo 379 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), permitindo o trabalho noturno (depois das 22hs) para mulheres no comércio. Na indústria, ele será possível de forma permanente "para atender a interesse nacional relevante", ouvidos os sindicatos de empregadores e de empregados.

A primeira observação importante é que o decreto votado pelo congresso e sancionado pelo executivo é idêntico à parte referente ao trabalho noturno das mulheres do anteprojeto de CLT apresentado para discussão por uma Comissão Interministerial em 1978. Nesta época, todo o movimento sindical, particularmente os Congressos de Trabalhadoras (como as metalúrgicas do ABC, de São Paulo, as químicas de São Paulo, etc), posicionou-se contra o trabalho noturno tanto para homens como para mulheres.

Esta posição decorre de estudos médicos que comprovam que o ser humano não consegue nunca se adaptar, por motivos orgânicos e sociais, ao trabalho rotativo ou noturno. As consequências vão desde problemas estomacais até distúrbios nervosos, decorrentes de problemas no sono. As depressões e neuroses, por exemplo, atingem 60% dos trabalhadores noturnos contra 11% dos demais. Particularmente para as mulheres, que hoje concretamente estão diante de uma dupla jornada de trabalho — na empresa e em casa — o trabalho noturno pesará enormemente para o cumprimento de suas tarefas domésticas.

Em segundo lugar, há que se destacar que a nova lei só modifica substancialmente a situação das empregadas de lojas e supermercados. Desde 1967, uma série de modificações introduzidas na CLT foram abrindo a permissão do trabalho noturno para as mulheres envolvidas na produção de produtos perecíveis; em caso de necessidade imperiosa; para as empregadas em telefonia, radiotelegrafia, serviços de saúde e bem estar, educação, casas de diversão, hotéis, restaurantes e bares; e para trabalhos bancários de compensação de cheques e processamento de dados.

Além disso, mesmo nos setores onde era proibido o trabalho da mulher depois das 22 horas, todos sabem que a lei nem sempre ou quase nunca era cumprida.

Resta saber se as indústrias vão efetivamente se utilizar do recurso de alegar "interesse nacional relevante", o que permitiria o emprego de mulheres para turnos da noite e rotativos, na produção.

Não será por falta de mão-de-obra disponível que os industriais se decidirão a isso, em meio a atual onda de desemprego. Certamente eles se motivarão muito mais pela possibilidade de contratar mulheres por salários mais baixos, para substituir trabalhadores do sexo masculino.

Assim, a liberação do trabalho noturno para as mulheres não é, como pretende o autor do projeto, um avanço no sentido da igualdade entre homens e mulheres, nem a razão que impede o trabalho noturno das mulheres é moral. A igualdade, pela qual o movimento de mulheres e — cada vez mais — o movimento sindical lutam, não significa piorar as condições de trabalho das mulheres, nos poucos itens em que a legislação as protege. Significa, ao contrário, estender a todos os trabalhadores esses direitos, como o de não trabalhar a noite, mas também o de dispor de creches para seus filhos, a licença paternidade, a falta justificada em caso de doença dos filhos, etc.